

E OS JUROS ALTOS?



Lula cobra redução das taxas. Então por que o Banco Central está errado em manter a Selic nas alturas, deixando o Brasil com os juros mais altos do planeta?

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 13 de Fevereiro de 2023 Nº 83

André Lara Resende: mercado e mídia fazem terrorismo

Celso Rocha de Barros fala sobre os desafios para o PT

Lula articula com Biden frente contra a extrema-direita

Aloizio Mercadante assume o BNDES de olho no futuro verde

Os 60 anos da estreia da banda mais influente do rock

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Está no ar a exposição virtual
**SÉRGIO BUARQUE DE
 HOLANDA: 120 ANOS**

Acesse em fpabramo.org.br/CSBH

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,
 Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie
 Nascimento, Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva
 Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,
 Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur
 Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,
 Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,
 Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de
 Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
 Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,
 Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,
 Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de
 Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,
 Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,
 Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,
 Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
 Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
 e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
 das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
 Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
 (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
 Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
 (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
 Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
 Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
 Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares
 Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),
 Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e
 Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CONTRIBUA COM A REVISTA REVISTA RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem
 com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa,
 defesa da democracia e também alegria, nas festas populares
 do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda
 forma de expressão que possa estar consolidada na Revista
 são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores



REVISTA
**RECONEXÃO
 PERIFÉRIAS**

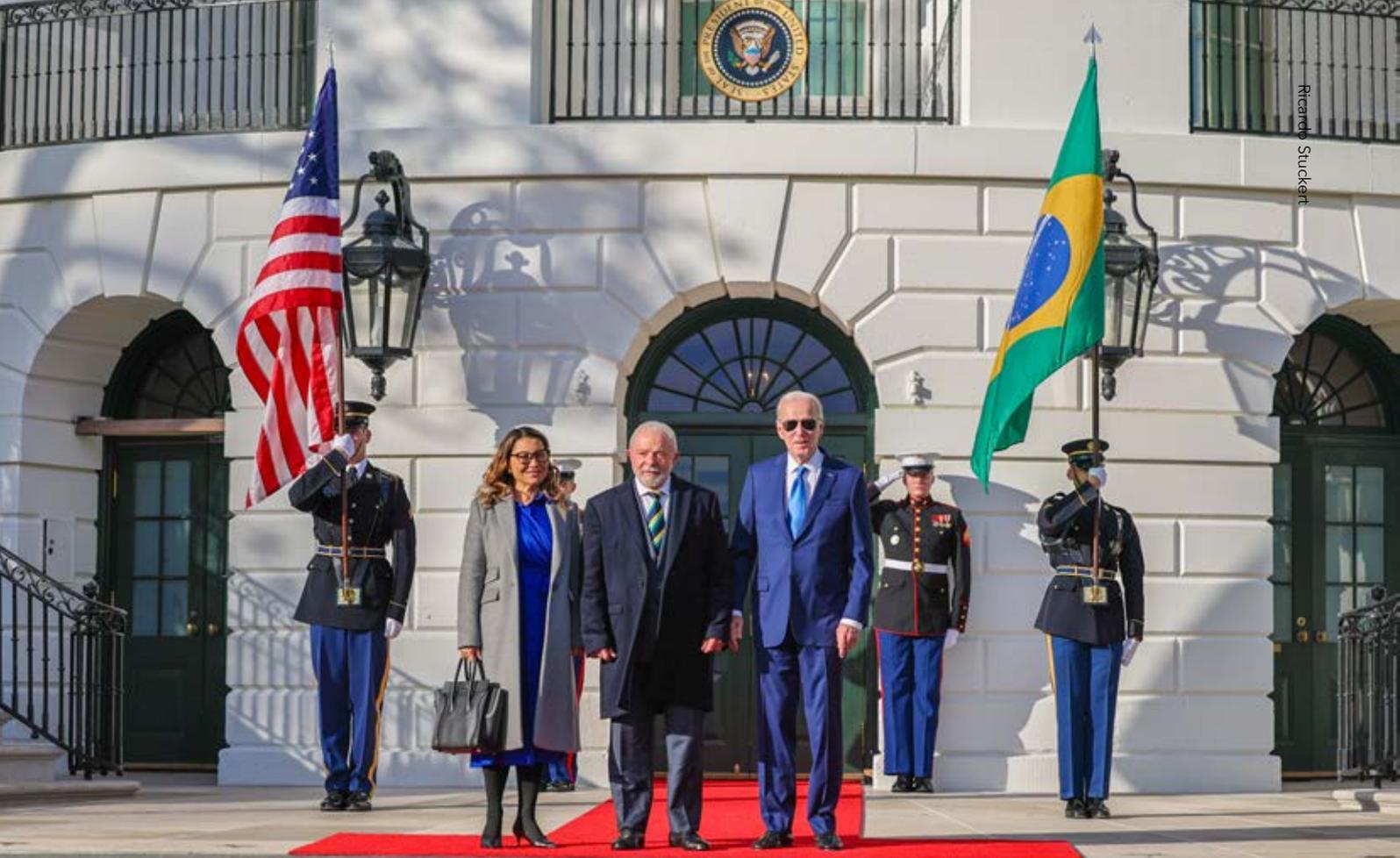


PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DOS 43 ANOS DO PT



FUNDAÇÃO
 Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

**12 A 14 DE FEVEREIRO
 BRASÍLIA/DF**



NESTA EDIÇÃO

LULA NA CASA BRANCA: HORA DA DEFESA DA DEMOCRACIA

Em encontro com Joe Biden, em Washington, o presidente do Brasil pede cooperação para assegurar democracia, igualdade racial e defesa do meio ambiente. Ele ainda se encontrou com democratas e pediu paz no Leste Europeu

Páginas 36 a 38

EDITORIAL. BC insiste na política de juros altos, mas isso dificulta o crescimento
Página 5

AMAZÔNIA. Economistas pedem plano sustentável com sociobiodiversidade
Página 19

FASCISMO. Vereadora perde mandato em SC por denunciar golpistas
Página 33

ENTREVISTA. Celso Rocha de Barros diz que PT é uma conquista da democracia
Página 6

BNDES. Mercadante assume cargo defendendo um futuro digital e verde
Página 24

CINEMA. Morre em Madri o cineasta espanhol Carlos Saura, aos 91 anos de idade
Página 39

JUROS ALTOS. Banco Central mantém a Selic nas alturas e isso não é bom
Página 12

HISTÓRIA. Semana de Arte Moderna de 1922 é marco da cultura brasileira
Página 30

MÚSICA. Os 60 anos da estréia dos Beatles com o álbum 'Please Please Me'
Página 41

AJUSTE. André Lara Resende diz que mídia e mercado fazem terrorismo
Página 16

DESTRUIÇÃO. Líder do PT diz que reconstrução do país é um dever de todos
Página 32

TRIBUTOS. O mundo perde o genial compositor Burt Bacharach, lenda do pop
Página 42



Reprodução

JUROS ESCORCHANTES DERRUBAM CRESCIMENTO

Alberto Cantalice

Cantada em prosa e verso como a panacéia que “salvaria” a economia brasileira das ingerências políticas, a independência do Banco Central já demonstra a que veio. Ao manter a taxa de juros em escorchantes 13,75% uma das maiores do mundo, a diretoria do BC contribuiu fortemente para a contração da economia e rebaixa a expectativa de crescimento para 2023.

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) vai na contramão do que foi decidido por mais de 60 milhões de brasileiros nas eleições de 2022.

Indicado pelo ex-ministro da economia Paulo Guedes, o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, tem se demonstrado, ao longo de sua gestão, um obediente aluno do receituário

ultraliberal. Não se viu em sua administração nenhuma ata ou comunicado referente ao rombo das contas públicas e ao uso desbragado da máquina pública pelo então presidente Jair Bolsonaro.

O flagrante conseguido pela *Folha de S.Paulo*, da participação de Campos Neto em um grupo de WhatsApp de ex-ministros bolsonaristas, após 8 de janeiro, corrobora com as suspeitas que pairam sobre o parlamento e a sociedade civil de uma certa má vontade dos “independentes do BC”, com o atual governo.

Não custa lembrar que a política econômica do governo derrotado legou ao país 33 milhões de compatriotas ao flagelo da fome e 100 milhões de pessoas com algum grau de insegurança alimentar.

Quem ganha com essa espiral de alta dos juros? A banca, os rentistas e o capital especulativo.

Quem perde? A indústria, o comércio e os serviços. Mas, principalmente, o conjunto da população, já que os juros estratosféricos aumentam a dívida pública e majoram o desembolso do governo.

A seletividade observada nos grandes veículos da mídia nacional em defesa da “independência do Banco Central” e da política de juros vai na contramão do que diziam os mesmos veículos nos governos de Lula e de Dilma. Naquela ocasião, o “consórcio midiático” e os setores empresariais elevavam o tom todas as vezes que se mexia nos juros. E, agora, calam-se.

A escolha dos eleitores em 2022 combinava a responsabilidade fiscal com a solidariedade social. Na visão dos que votaram em Lula, essas premissas devem andar juntas. Se a maioria quisesse o contrário, teria reeleito o genocida! •

“O PT É UM PILAR DA DEMOCRACIA BRASILEIRA”

Autor do livro “PT, uma história”, o sociólogo faz um balanço dos 43 anos da legenda da estrela vermelha, apontando os acertos na formação do partido. “A entrada de um partido que se organizou fora do Estado no jogo político brasileiro mudou completamente a configuração das outras peças e fortaleceu a regra do jogo”, diz

Bia Abramo e Pedro Camarão

O sociólogo Celso Rocha de Barros começou a escrever “PT, Uma História” no início do governo de Jair Bolsonaro. Depois de dar conta de uma extensa bibliografia sobre o Partido dos Trabalhadores, Barros percebeu que havia lacunas a serem preenchidas com entrevistas. E aí o que era para ser um ensaio virou um livro de 485 páginas, entrevistas e muitos personagens da formação da legenda resgatados em histórias reais sobre a constituição de um partido político na periferia do capitalismo. Para ele, aos 43 anos, o partido tem muito a comemorar. “O PT deu certo”, diz. Leia a seguir trechos da entrevista à revista **Focus Brasil**.

Focus Brasil – De onde veio a ideia do livro? O livro já estava

na sua cabeça, você queria fazer de qualquer jeito e aí a editora topou?

Celso Rocha de Barros – A editora tinha me procurado mais ou menos em 2017 para 2018 perguntando se eu tinha uma proposta de livro, o [Luiz] Schwarcz gostava das minhas colunas na Folha. Também tinha feito um texto grande sobre os diários do FHC, na Presidência, para a Piauí, que acho que os caras gostaram e aí eles queriam saber se eu tinha uma ideia. Eu tinha, mas era uma ideia de um ensaio bem mais curto sobre a crise da democracia brasileira, que iria de 2013 até o impeachment.

Também queria aproveitar para contar uma história que eu já tinha mais ou menos na minha cabeça, de coisas que li, que fui pensando – um certo modelo de como a política brasileira funciona, como foi a nova República etc. E, inclusive, falando do PT. Só que aí Bolsonaro

ganhou a eleição. Aí o Ricardo [Temperman, editor] me chamou para conversar e eu falei: “Cara, não dá para fazer um livro sobre a crise da democracia brasileira porque o Bolsonaro ganhou e agora que vai vir mesmo a crise da democracia brasileira”. Aí fomos conversando e ele sugeriu: “Está mais clara para você a discussão sobre o PT. Por que você não faz sobre a história do PT?” Este livro que saiu é daqueles que você quer escrever porque é um que você gostaria de ler. Tem bons livros sobre o PT, mas sentia falta de um negócio mais global. Topei na hora e adorei escrever o livro. Às vezes eu sinto saudades de escrever esse livro. O processo durou mais ou menos o tempo de duração do governo Bolsonaro. Era meio que uma terapia, porque ao meu redor tudo estava indo pro buraco e, ao mesmo tempo, eu estava lendo sobre Diretas Já, Constituição de



1988, o Plano Real, o Bolsa Família, a Lei de Cotas... Serviu para me impedir de desistir da democracia brasileira porque tinha muitas histórias boas.

O projeto do livro mudou muito ao longo da execução, porque no começo eu ia fazer um ensaio curto, discutindo a questão de como é que se faz um partido de tipo social-democrata na periferia do capitalismo, num país subdesenvolvido, como funciona o viés conservador da democracia brasileira etc. Acho que preciso dizer que eu fui militante do PT do final da década de 1980 até o final da década de 1990 e rompi porque parei de fazer política partidária, fui para a vida acadêmica.

Eu sabia que tinham coisas muito importantes, como, por exemplo, a Constituinte, que não estavam em nenhum livro desses mais conhecidos sobre o PT. Aí resolvi fazer umas entrevistas para

fechar essas lacunas. Quando fui fazê-las, comecei a achar as histórias muito boas. E decidi: "Eu vou contar essas histórias. Vou enfiar as discussões enquanto conto essas histórias".

– É bonito você começar o livro falando sobre o movimento contra a carestia e com a Irma Passoni, porque tem figuras que ficaram esquecidas dentro do PT...

– E são figuras sensacionais. Tem que ter filme, tem que ter série. E a Irma, cara, uma mulher que era freira e depois foi lá fazer esse negócio todo na periferia, se aproximou do PCdoB e... Aí se elege deputada... É uma trajetória sensacional, e assim, é o que você disse se você não for não só do PT, mas se não conhecer a história de algumas décadas atrás, você não sabe da importância que teve a Irma Passoni.

– Você disse que fez política

partidária dentro do PT entre 1980 a 1990. Isso foi no Rio de Janeiro?

– Começou no Rio, quando eu era secundarista ainda e uns amigos meus me levaram para as reuniões do movimento secundarista. Me amarrei naquilo, mas nem participei muito do movimento em si porque aí logo já estava começando a campanha de 1989 e eu tirei o ano para aquilo. Foi uma das grandes coisas que fiz na vida. Quando acabou a campanha, lá na Cinelândia tem uma praça que tem que a gente chama de "brizolândia", porque tinha um monte de barraquinha que vendia material dos partidos e o [Leonel] Brizola era muito forte no Rio. Fui na barraquinha lá que vendia coisa do PT e perguntei "Onde é que eu me filio?" E aí me indicaram, me filiei, passei a participar no núcleo Copa-Leme, que é um núcleo sob forte influência da Benedita da Sil-

va, porque tem o Morro Chapéu Mangueira aqui perto. Quando fui para a Unicamp e aí, sim, eu fiz movimento estudantil. Fui coordenador de centro acadêmico do IFICH, era aluno do Marco Aurélio Garcia. E ele levava a gente para reuniões. A gente viu a confecção do plano de governo de 1994, por exemplo, participamos daquilo tudo. Foi a época que eu mais militei. Depois, eu fui indo para a área acadêmica, mas não tive ruptura traumática.

– Notei no começo uma leitura quase Tucana do que é o PT. Você discute muito a formação do PT com o Fernando Henrique [Cardoso]. O que FHC ainda tem a dizer sobre o PT?

– Ele tem muita coisa a dizer. A entrevista com ele foi muito boa. Nos anos 1970, você tem que considerar FHC, ou do mesmo campo que o pessoal do Lula ou até à esquerda deles. A gente não pode projetar para os anos 1970 o que foi FHC nos anos 1990, um presidente centrista etc. Tem um texto que ele publicou na *Versus*, que é uma revista que era da Convergência, que tem muito a ideia de partido que depois embasaria a criação do PT, entendeu? E, cá entre nós, o grupo dele no PMDB só não formou um partido junto com o pessoal que foi do PT porque a ditadura fez a reforma partidária antes de acabar. E aí aquela galera toda do PMDB pensou “até acabar a ditadura a gente continua aqui”. Boa parte da esquerda do PMDB já era de outras organizações.

FHC naquele momento não é um observador de fora, ele é um cara desse campo. É um participante daquilo. Nos anos 1980, quando aí já começa a divergência clara entre PT e PMDB, o diálogo ainda é muito frequente, entre caras como ele e os intelectuais do PT. Na entrevista, tive a impressão de que FHC gostou bastante de conversar sobre essa época da

vida dele. Talvez não tenha muita gente que pergunte a ele sobre isso. Foi legal. Acho que é errado projetar para os anos 1970 a briga do PT com FHC nos anos 1990.

– Mas já tem uma disputa de poder, de liderança ali...

– Teve uma disputa de poder para saber como ia ser a criação do novo partido. FHC era uma pessoa importante, mas não era tão central. Quem conduziu muito aquilo foi Almino Affonso, que é uma figura importante do período de

NOS ANOS 1970, VOCÊ TEM QUE CONSIDERAR FERNANDO HENRIQUE, OU DO MESMO CAMPO QUE O PESSOAL DO LULA OU ATÉ À ESQUERDA DELES

mocrático anterior, que, realmente, partiu para tentar construir um partido de esquerda no Brasil dos anos 1970 aos poucos, fazendo reuniões na casa dele, tentando fazer pontes com os exilados, com Brizola, com [Miguel] Arraes. Sobre essa disputa de poder, FHC mesmo é o primeiro a dizer que não teve essa fusão do pessoal que fundou o PT com a esquerda do PMDB por causa da discussão sobre quem ia mandar... Eu acho que não é só isso. Se perguntar para outras pessoas, você vai ver

que tinha uma questão de fundo, que era o fato de a ditadura não ter acabado. Vários setores que avaliavam que a hora de construir um partido separado do PMDB seria quando os militares saíssem do poder. De fato, depois, quando [os militares] saíram, aí o PSB fez o seu, o PCdoB fez o seu etc. Eu acho que até que a resultante dessa briga foi boa: ficar um pessoal de esquerda no PMDB, puxando o PMDB mais pra lá e o PT do lado de fora, enchendo o saco. Ficou com um equilíbrio bom para aquele período.

– Sim, porque a gente estava realmente saindo de um período sangrento, horroroso, em que construir a democracia era uma coisa ainda frágil. Nos anos 1980, o tempo inteiro você achava que “vai acontecer alguma coisa esquisita” porque não estava nada garantido...

– É. O Zé Dirceu contou na entrevista, por exemplo, que no começo dos anos 1980 ele já dava entrevista, tinha cargo na Assembleia Legislativa, mas ainda tinha um plano B para voltar à clandestinidade. Os caras não sabiam se ia dar certo. A política interna do Exército é muito difícil de acompanhar para quem está fora. Você nunca sabe se um general maluco lá, golpista, vai derrubar o que tinha conduzido a transição. Era realmente complicado. O partido do Genoíno (PCBR), uma tendência do PT que ficou com esse nome, usava “nome de guerra” na maior parte dos anos 1980 para não vazarem os nomes reais. Eles não se identificavam publicamente como membros do partido, ainda tinham medo que houvesse um retrocesso. Da mesma forma que estava falando no caso do FHC, a gente não pode dizer assim, já que a transição deu certo, então, desde o início era óbvio que ia dar certo. Claro que não. De jeito nenhum.

– Você falou sobre FHC e é uma figura, vamos dizer, com a qual a mídia sempre convergiu bastante. Muito mais do que com o PT. No ano passado, entrevistamos a Eleonora de Lucena. Ela mencionou que em 2010, 2011, a então presidenta da ANJ [Judith Brito] fez um discurso público dizendo que no Brasil não existia oposição e que então a mídia tinha que ser a oposição. Você conseguiu analisar um pouco sobre essa questão da relação da mídia com o PT?

– Isso tem duas dimensões. Primeiro que a mídia brasileira tem um viés de centro-direita. Não é um viés conservador no sentido do Olavo [de Carvalho], do Bolsonaro etc. As grandes publicações não são homofóbicas ou, pelo menos oficialmente, não são. Você pode ter reportagens que sabem que reproduzem estereótipos, mas não é um jornalismo de militância pelo conservadorismo moral. Os grandes veículos têm um viés a favor de uma visão liberal de economia. A Inglaterra deve ter o melhor jornal de esquerda do mundo, que é o Guardian, mas só existe o Guardian porque é uma história que começa com a imprensa operária, tem um monte de reorganizações daqueles jornais voltados para o público de esquerda, que se desenvolvem e chega num volume de leitores que tem como funcionar não exatamente como a imprensa capitalista. Se não me engano eles são uma fundação, uma coisa dessas. Mas para fazer a fundação, tinham uma grana oriunda de vender jornal para fundar aquilo e organizar. E aí eles funcionam.

No Brasil tem essa questão de que a comunicação de massa começa antes da alfabetização. Você tem a indústria de comunicação de massas, sobretudo, com rádio e televisão, que é um negócio bem mais difícil de começar artesanalmente e ir crescendo, princi-

palmente, a televisão. É muito difícil você achar no mundo um canal de televisão que não seja de um empresário muito rico, que naturalmente vai ter sua visão refletida ali de um jeito ou de outro.

Seria totalmente primário achar que a mídia empresarial viva exclusivamente para reproduzir os interesses dos chefes. Isso é mentira porque tem um público que precisa consumir a mídia e esse público quer jornalismo, apuração... Então, oferecem, mas a gente não sabe o quanto. Até está em questão isso

O PT FOI UM DOS ARTÍFICES DA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E ATÉ OS ADVERSÁRIOS MAIS ESCLARECIDOS SABEM DISSO

agora por causa das fake news mas, certamente, houve pelo menos um público que topava pagar uma parte da sua renda por informação para estar dentro do debate nacional. É um equilíbrio difícil, inclusive dentro dessas empresas. E há concorrência. Onde há concorrência abre-se mais espaço.

Qual o lado bom de você não ter mídia? Primeiro, tem uma certa autocomplacência que percebo muito nos meus amigos tucanos: quando se tem mídia a favor é que você acha que está tudo certo, que

você é “bonzão”, sabe tudo... E isso é ruim para você, para sua estratégia. Com a esquerda, isso não tem risco de acontecer. É muito difícil de a gente se fechar numa bolha porque tem grandes organizações de comunicação furando a bolha o tempo todo. Acho isso bom. A outra coisa é que obriga a gente a entrar no debate de ideias mais preparado. No espaço que você tiver, vai ter que entrar e ter o que dizer. Esses caras da Jovem Pan que são comentaristas, se fossem de esquerda, estariam desempregados, a barra pra eles é muito mais baixa. Agora, a relação do PT com a mídia já flutuou. Se você pegar o começo do governo Lula, era muito menos hostil. A briga começa mesmo no mensalão. E aí eu acho que tem um aspecto, um diagnóstico de que o PT ia acabar e teve gente que começou a dobrar essa aposta e deu errado.

– No levantamento, você viu mais sobre a importância do PT para a história da democracia brasileira e, ao mesmo tempo, ser um partido que publicamente sofre muito, ainda hoje, com acusações de ligação com regimes autoritários, aspirações autoritárias... A imprensa brasileira sempre esteve ali na linha do “ah, não porque o PT apoia ditaduras...”, como se houvesse qualquer traço dentro do partido de aspiração ditatorial.

– O PT foi um dos artífices da construção da democracia brasileira e até os adversários mais esclarecidos sabem disso. Uma parte importante da democracia em qualquer lugar do mundo e no Brasil é a sociedade civil. O PT teve uma participação imensa na construção da sociedade civil brasileira, dos sindicatos e dos movimentos. Você não conta a história do sindicalismo brasileiro sem falar do PT, do feminismo, do movimento LGBT, do movimento negro. Não conta nada disso sem falar do

Partido dos Trabalhadores. Isso aí ninguém discute. Se pegar a atuação dos petistas na Constituinte, foi muito bem feita, porque era pouca gente. Teve que ser bem organizado para distribuir os cargos nas comissões. Conseguiram emplacar Plínio de Arruda Sampaio na comissão que criou o Ministério Público. O PT não tinha direito, pelo tamanho, a indicar alguém para ser presidente de comissão, mas o Ulysses [Guimarães] conversando com os caras do PT, bancou botar o Plínio. E o PT promoveu basicamente a única alternância de poder pacífica que o Brasil teve até hoje, que foi em 2002. Então, sobre isso não há o que discutir.

– Em que medida você acha que, na transição do Lula para a Dilma, teve uma reorganização de forças da centro-direita e da direita? 2016 foi golpe?

– Vou ser honesto. Não estou disposto a morrer por nenhuma dessas posições nesse debate, não. Impeachment é um troço que tem que ser feito com prudência. Não é para fazer toda hora, porque na fronteira entre isso e um golpe tem uma área cinzenta. Bem ou mal, quem ganhou a eleição vai ser retirado do poder. Tem casos em que, obviamente, não é golpe. E sempre tem casos que vão ser controversos. Pessoalmente, prefiro guardar “golpe” para isso que o Bolsonaro queria fazer, um assalto ao poder. E por que, em parte também, a minha visão sobre política talvez seja um pouco cínica, meio que supõe que vai ter conspiração, traição, que as regras vão ser distorcidas quando isso for possível para um dos lados... O impeachment, claramente, foi uma falcatrua, um estelionato total e obviamente não devia ter sido feito. Aquilo não tinha absolutamente nada a ver com combate à corrupção, nem com proposta para fazer o Brasil crescer. Foi o sistema político que recebeu uma porrada

com o negócio da Lava Jato e chegou à conclusão que era mais fácil se reorganizar com o Temer na Presidência do que com a Dilma. Nada daquilo que o pessoal falava em defesa do impeachment se confirmou. Era mentira. Mas ainda prefiro guardar “golpe” para esses casos que os caras tentaram fazer no 8 de janeiro, mas obviamente não tem uma definição que todo mundo seja obrigado a usar sobre golpe. Eu acho que isso sempre vai ser um debate.

O IMPEACHMENT [DE DILMA], CLARAMENTE, FOI UMA FALCATRUA, UM ESTELIONATO TOTAL E OBTIVAMENTE NÃO DEVEIA TER SIDO FEITO

– Tem uma coisa muito bonita no seu livro, que você já mencionou aqui, que foi botar em relevo o que se chama hoje em dia de movimentos identitários. Por que essa história perpassa o livro como um todo?

– Isso era uma das coisas que queria fazer desde o começo. Tem bons livros sobre o PT, agora eu queria um livro que contasse a história institucional do partido, mas também trazendo a coisa dos movimentos, porque isso pode não ser tão comum na literatura

sobre partidos políticos, mas no caso do PT tem que entrar isso. Você pode até, de repente, contar a história do PFL sem falar de movimentos sociais, mas não a do PT. O PT tem uma singularidade, ele parece muito com um partido social democrata do final do século 19, quando ele começa. Todos os europeus notam isso na hora. Perry Anderson nota isso, Eric Hobsbawm e os sindicalistas de lá também. Mas no século 20, cem anos depois, tinha debates novos.

O PT acaba que, além de fazer um papel um pouco de partido social-democrata, faz um pouco de papel de Partido Verde europeu. O PT já nasce com pauta feminista, com a pauta do movimento negro. Se você for olhar o tamanho do debate LGBT no PT no começo, pode ser pequeno, mas é o único partido que tem debate sobre isso. Nessas discussões, o PT é realmente pioneiro. No caso do movimento negro, o PT divide esse pioneirismo com o PDT. O PDT tem uma participação fundamental na história do movimento negro brasileiro. O PDT se tornou uma força hegemônica no Rio de Janeiro e lá o movimento negro era particularmente forte. Eles roubam do PT uma liderança negra que era importante que é Lélia Gonzalez. Não tem como contar a história do partido sem a história desses movimentos. Eu não gosto desse negócio de identitário, pode ser que tenha uma reflexão teórica por trás disso, mas... O Genoíno, por exemplo, falava como “pautas libertárias”. Eu acho melhor.

Agora, é óbvio que sempre vai ter tensões e sempre foi uma pancadaria para saber se vai levantar essa bandeira ou não. Se isso tem público, não tem. Se isso vai prejudicar aquela outra bandeira, mas isso é normal. Isso tem que ser tratado como normal. Se você não está brigando pra saber se é hora de trazer uma pauta, você está fazendo errado. Os movimen-

tos têm uma perspectiva, que são diferentes da do partido. O movimento fala só para aqueles caras ali que fazem parte do movimento e tenta representá-los diante da sociedade. O partido tem que fazer uma costura mais ampla. Isso sempre vai ser controverso.

Tem uma certa literatura de esquerda, que eu acho meio saudosista, que fala: 'olha só antigamente tinha uma pureza dos movimentos e depois virou um partido institucional como os outros'. Então, é um partido institucional, mas é o partido que passou a Lei de Cotas. Só passou no Supremo [Tribunal Federal], as cotas e a igualdade matrimonial, quando você já tinha maioria de indicados para o Supremo pelo PT.

O que a Marina Silva fez no Ministério do Meio Ambiente é um negócio absolutamente imenso. Aquela alta das *commodities* ajudou a economia no governo Lula, mas prejudicava o combate ao desmatamento porque passou a valer muito dinheiro abrir pasto. O esforço para frear o desmatamento era mais difícil do que em outras épocas e foi de longe a era de ouro do combate ao desmatamento. Então, os movimentos sociais, obviamente, vão continuar a ter um monte de reclamação para fazer para o PT, tá certo, é assim mesmo que tem que ser, mas valeu a pena a aposta que eles fizeram de construir um partido.

– Você acha que existe a possibilidade de o PT estabelecer uma nova relação com a sociedade brasileira? Ou as rusgas que sempre existiram vão continuar aí e a gente vai continuar nessa divisão eterna?

– Eu acho que, por exemplo, no caso da Marina, no meio ambiente sempre vai ter disputa, porque os problemas são complicados. Você vai fazer Belo Monte ou não vai? Eu respeito as posições, mas não é fácil, não. Não é um debate trivial.

Vai ser complicado, vai ter disputa, porradaria, às vezes o nível vai baixar, mas é assim no mundo inteiro.

A questão de polarização é um pouco mais complicada. O governo Lula tem que trabalhar, pelo menos, para diminuir a temperatura da briga política no Brasil. Esse nível de conflito que a gente tem, vem por causa do Bolsonaro sozinho, é bom que se diga isso, não é um negócio de dois lados. Esse tipo de conflito, obviamente, é disfuncional para o povo brasileiro.

LULA TEM QUE TRABALHAR, PELO MENOS, PARA DIMINUIR A TEMPERATURA DA BRIGA POLÍTICA NO BRASIL. ESSE NÍVEL DE CONFLITO NÃO É BOM

Acho que vai ter que ter esse diálogo com o centro mesmo. E, por acaso, no momento, tem várias pautas com as quais dá para fazer esse diálogo tranquilamente e terminar o mandato com uma disputa eleitoral normal. Aí o centro vai ter seu candidato, a esquerda vai ter o seu. Maravilha. Mas tem uma série de pautas que dá para implementar porque tem espaço para consensos. Os primeiros sinais dados pelo [Fernando] Haddad me sugerem, claramente, que ele entende isso com a questão da reforma tributária. Vai ter disputa,

mas, novamente, nunca vai acabar a disputa. Esse não é o objetivo. E como fazer isso? O Brasil precisa sair desse crescimento baixo, precisa atender a emergência social deixada por Bolsonaro e curar as feridas que o bolsonarismo fez na nossa democracia.

– PT 43 anos, o que temos a comemorar?

– Tem muito a comemorar. O PT deu certo. Assim, obviamente, você pode dizer: "Pô, mas teve um monte de problema, teve Petrolão. Teve, sei lá. A nova matriz econômica deu errado. Teve uma época que era muito sectário". Tudo bem, teve tudo isso, mas o saldo para a democracia brasileira é gigante. A entrada de um partido que se organizou fora do Estado no jogo político brasileiro mudou completamente a configuração das outras peças e fortaleceu muito a regra do jogo, porque se a direita sempre ganha como era antigamente, as instituições são fracas porque as instituições são completamente aparelhadas pela direita.

Quando há alternância de poder, aí as instituições começam a funcionar. Pelo simples fato de ter garantido a alternância de poder em termos democráticos, no Brasil, pelas políticas de combate à pobreza dos governos Lula e Dilma, pela política de combate ao desmatamento, pela indicação de ministros para o Supremo que bancaram igualdade matrimonial, cotas raciais... A lista de realizações é muito impressionante, mesmo se você descontar os erros que são reais. E eu não acho que o partido deva se enganar sobre isso. O partido não tem que olhar para o escândalo da Petrobrás e dizer que é só conspiração da CIA. Tem que dizer "olha só, teve desvio mesmo e vamos ver o que aconteceu aqui pra isso não acontecer de novo". Isso aí tem que acontecer. Mas, no balanço geral, foi amplamente positivo. •



DÁ PARA RIR? Em quatro anos, o governo Bolsonaro produziu 33 milhões de pessoas com fome, 45 milhões no mercado informal, inflação fora do controle, rombo nas contas públicas e 700 mil mortos pela pandemia da covid

OS JUROS ALTOS SÃO UM PROBLEMA

A mídia sai em defesa de Roberto Campos Neto, protegendo-o das críticas de Lula sobre o patamar da Selic. Mas ninguém menciona os erros de condução do Banco Central, tão evidentes que a inflação ficou fora da meta por dois anos consecutivos. E o jovem banqueiro ainda tem a explicar o escândalo da fortuna em paraíso fiscal e a proximidade com o ex-presidente genocida

No Brasil, os juros altos são um assunto tabu. Isso apesar do país deter o vergonhoso recorde de ser a Nação com a maior taxa de juro real do mundo, à frente de outros 156 países. Daí porque a mídia comercial tomou as dores da autoridade monetária e reagiu com desmedida fúria às críticas lançadas na última semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao comandante do Banco Central, o bolsonarista Roberto Campos Neto.

Na quarta-feira, 7, durante café

da manhã com jornalistas, Lula desabafou: “Não é possível que a gente queira que esse país volte a crescer com uma taxa de juros de 13,75%”, disse. “Esse cidadão [Roberto Campos Neto], que foi indicado pelo Senado, tem a possibilidade de maturar, de pensar e de saber como vai cuidar desse país”, comentou.

Na conversa com jornalistas da mídia independente, o presidente apontou que a inflação brasileira não é “de demanda” – o que torna a manutenção da Selic em níveis estratosféricos totalmente injustificada. Afinal, as queixas do

presidente não são improcedentes, apesar da reação do mercado financeiro e da mídia corporativa.

Bastou a fala de Lula sobre os juros elevados para que a imprensa comercial, no dia seguinte, tomasse as dores de Campos Neto. “Lula volta a atacar BC” – destacou o *Valor Econômico*. “Lula sugere troca no BC, e mercado defende autonomia”, mancheteu o *Globo*. A *Folha* deu na capa a reação do presidente do banco: “Autonomia do BC reduz peso de juro, diz Campos Neto”.

A manutenção da taxa básica de juros da economia em 13,75%

LULA: “NÃO É POSSÍVEL QUE A GENTE QUEIRA QUE ESSE PAÍS VOLTE A CRESCER COM UMA TAXA DE JUROS DE 13,75%”

Ricardo Stuckert



ao ano, definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central no início de fevereiro, é exorbitante. Mas o pior foi o sinal que o Copom deu ao mercado: não hesitará em retomar o ciclo de alta caso o processo de redução da inflação não ocorra como esperado.

A falha na condução da política monetária é evidente. Ora, apesar de os juros básicos estarem no alto, a inflação está fora do centro da meta. Em 2021, o IPCA somou 10,06%, o maior desde 2015, ficando bem acima do teto para aquele ano, de 5,25%. No ano passado, a inflação no Brasil fechou em 5,79%. A meta era 5%.

Sob Bolsonaro, a política econômica de Paulo Guedes – que o mercado e a mídia insistiam chamar de técnicas – não trouxe bons resultados. Basta lembrar que, em quatro anos, a administração do genocida produziu 33 milhões de pessoas com fome no Brasil, 45 milhões de trabalhadores no mercado informal, inflação fora do controle, um rombo nas contas públicas e nada menos que 700 mil mortos pela má gestão da pandemia.

O Banco Central de Roberto Campos Neto mostrou contrariedade com esses dados? Não, claro que não. Daí que economistas como o ex-ministro Luiz

Carlos Bresser-Pereira apontem que a taxa de juro real do país beirando 8%, como ocorre atualmente, estrangula a economia nacional. “Qual é a taxa de juros [real] razoável, para um economia como a brasileira, para combater a inflação? É 2%, 3%, no máximo”, resume.

“É um absurdo, não só porque impede qualquer crescimento econômico, como isso também aumenta o déficit fiscal”, aponta o economista. “O governo então, em vez de gastar em educação e saúde, gasta em juros para os ren-

tistas, isso não faz o menor sentido”. A crítica é engrossada por outros especialistas.

Ex-presidente da Fundação Perseu Abramo, o economista Márcio Pochmann alerta que a cada aumento de 1 ponto percentual na taxa básica de juros, a dívida líquida do setor público cresce R\$ 38 bilhões. Como a Selic aumentou 11,75 pontos entre agosto de 2020 (2%) e dezembro do ano passado (13,75%), o impacto na dívida do setor público foi de R\$ 446,5 bilhões. “Um gasto improdutivo”, ressalta.

A cada 1% na Selic, o país perde a condição, por exemplo, de aumentar em três vezes o investimento no programa Bolsa Família, que beneficia 21,9 milhões de famílias com, no mínimo, R\$ 600 por mês. O valor da dívida líquida do setor público por causa dos juros também cobriria, por exemplo, o Minha Casa, Minha Vida.

A questão que não quer calar no debate sobre a manutenção da abusiva taxa de juros administrada pelo Banco Central é quanto dinheiro o governo Bolsonaro retirou da economia para despejar no pagamento de juros da dívida pública? Os R\$ 38 bilhões representados por cada 1 ponto percentual da Selic dariam para cobrir com sobra o orçamento mínimo do Sistema Único de Saúde (SUS), que é de R\$ 22 bilhões.

OS MAIORES JUROS REAIS DO PLANETA TERRA

Países	Taxas de juros reais
Brasil	8,16%
México	5,39%
Chile	4,66%
Hong Kong	3,12%
Colômbia	2,39%
Filipinas	2,21%
Indonésia	2,09%
África do Sul	1,73%
Índia	1,13%
Israel	0,74%

O ERRO BILIONÁRIO DE CAMPOS NETO

BC reconheceu que fez contas equivocadas em mais de US\$ 14,5 bilhões ao indicar o fluxo cambial no ano passado. E o que diz o presidente do banco? Nenhuma explicação diante do Congresso

FORA DO PRUMO Bresser-Pereira diz que o BC erra ao manter os juros em 13,75% ao ano. "É um absurdo. Isso impede o crescimento econômico"

Em artigo no *Valor*, publicado no dia 7, o economista André Lara Rezende demonstrou em artigo que, ao retirar dinheiro essencial para investimentos sociais e para a expansão da capacidade produtiva do país, o Banco Central privilegia o rentismo, formado pelos super ricos que detêm títulos da dívida pública. Com juros mais altos, sobem os lucros dos endinheirados, em uma interminável ciranda financeira que cresce às custas da miséria dos mais vulneráveis, que penam diante dos baixos investimentos.

O economista referiu-se à histeria da mídia corporativa em reação a uma suposta ganância planejada pelo novo governo Lula, o que seria uma ameaça para as contas públicas. "A PEC da Transição autorizou despesas em torno de 2% do PIB. A alta da taxa básica de juros, promovida por canetadas do BC desde o início de 2021, custou quase o dobro desses 2% do PIB, só em 2022. Faz sentido?", questiona Lara Rezende – *leia a íntegra do artigo à página 18 desta edição.*

Sob a direção de Campos Neto – um bolsonarista raiz que até hoje participa de colóquios entre ex-ministros do governo genocida pelo WhatsApp – o BC tem usado como justificativa para

manter a Selic nas alturas a necessidade de o país conter a inflação. O problema é que o Brasil hoje não possui uma inflação de demanda, uma vez que o consumo é pífio, em função, justamente, do crédito caro.

A decisão do Banco Central compromete a atividade econômica no Brasil, com graves consequências para a reconstrução econômica do país, para a produção e geração de emprego e renda. A presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), reforçou a crítica de Lula: "Não há economia que resista a uma taxa de juros de 13,75%". E lembra: "A política monetária de Bolsonaro, Guedes e BC foi derrotada nas eleições, porque fez o país andar pra trás".

Com uma projeção de crescimento de 0,77% em 2023, a economia encontra-se longe de um quadro de aquecimento que exigiria uma medida como a adotada pelo BC. Ao contrário, as famílias brasileiras esforçam-se para retirar seus nomes das listas de negativados pelo país, enquanto parcelam compras básicas como gás de cozinha para chegar ao mês seguinte. Um mundo distante da arejada sala ocupada pelo bolsonarista Campos Neto, na sede do BC, em Brasília. •

O fluxo cambial de 2022 nunca chegou aos US\$ 9,574 bilhões positivos, como se acreditava até o final de janeiro. No dia 26, o BC apontou que havia cometido um erro nas contas. Em vez de um saldo positivo, houve na verdade um déficit de US\$ 3,233 bilhões no ano passado, indicando uma forte saída de dólares da economia. A correção foi feita pelo Banco Central, após identificar o erro nos dados da série histórica.

A notícia causou alarde nos jornais financeiros ou na grande mídia corporativa? Não. De jeito nenhum. O presidente do Banco Central, o economista Roberto Campos Neto não se deu nem ao luxo de emitir uma nota assinada pela direção do órgão, ou veio a público explicar o inexplicável. Afinal, como alguém pode errar uma conta que representa uma diferença de R\$ 60 bilhões nas contas do governo federal.

"Por falha na rotina de compilação, nem todos os códigos de natureza cambial que entraram em vigor em outubro de 2021 foram incluídos no processo de apuração das estatísticas de câmbio contratado", diz a nota emitida pelo Banco Central no dia 26 de janeiro. "Assim, algumas naturezas cambiais foram indevidamente desconsideradas". •



PANDORA PAPERS

O BANQUEIRO E\$CONDEU DINHEIRO

Em 2021, veio a público o escândalo conhecido como *Pandora Papers*, com o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos revelando ao mundo a riqueza secreta de Roberto Campos Neto e políticos e bilionários em paraísos fiscais

Em outubro de 2021, o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos revelou, nos mais importantes veículos da imprensa mundial, que 35 líderes de nações, atuais e antigos chefes de Estado, além de 300 funcionários públicos de diversos países escondiam dinheiro, por meio de empresas offshore, em paraísos fiscais.

O escândalo batizado de Pandora Papers jogou luz sobre a dinheirama mocoçada por milionários e bilionários em diversos países. No Brasil, 2 mil ricos foram identificados como sócios de empresas abertas em paraísos fiscais. Entre eles, dois funcionários públicos pegos com a boca na botija: o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Banco Central, Roberto Campos.

Além desses dois funcionários do governo Bolsonaro, empresários aliados do ex-presidente – sob investigação da CPI da Covid e do Supremo Tribunal Federal sobre o financiamento de redes de disseminação de notícias falsas:

Luciano Hang e Otávio Fakhoury.

Na época, os dois integrantes da equipe econômica do governo Bolsonaro soltaram notas insossas e fingiram que aquilo bastava para dar satisfação à opinião pública. Campos Neto era o dono da Cor Assets S.A., uma offshore no Panamá, paraíso fiscal situado na América Central.

Ele criou a empresa em 2004, com capital de US\$ 1,09 milhão de dólares – o equivalente hoje a R\$ 5,7 milhões, e continuava como controlador quando assumiu o posto no governo em fevereiro de 2019. Diferente de Guedes, ele fechou a offshore em outubro de 2020. Mas, durante os 21 meses em que presidiu o BC na condição de dono da Cor Assets, Campos Neto poderia ser enquadrado no artigo 5º do Código de Conduta.

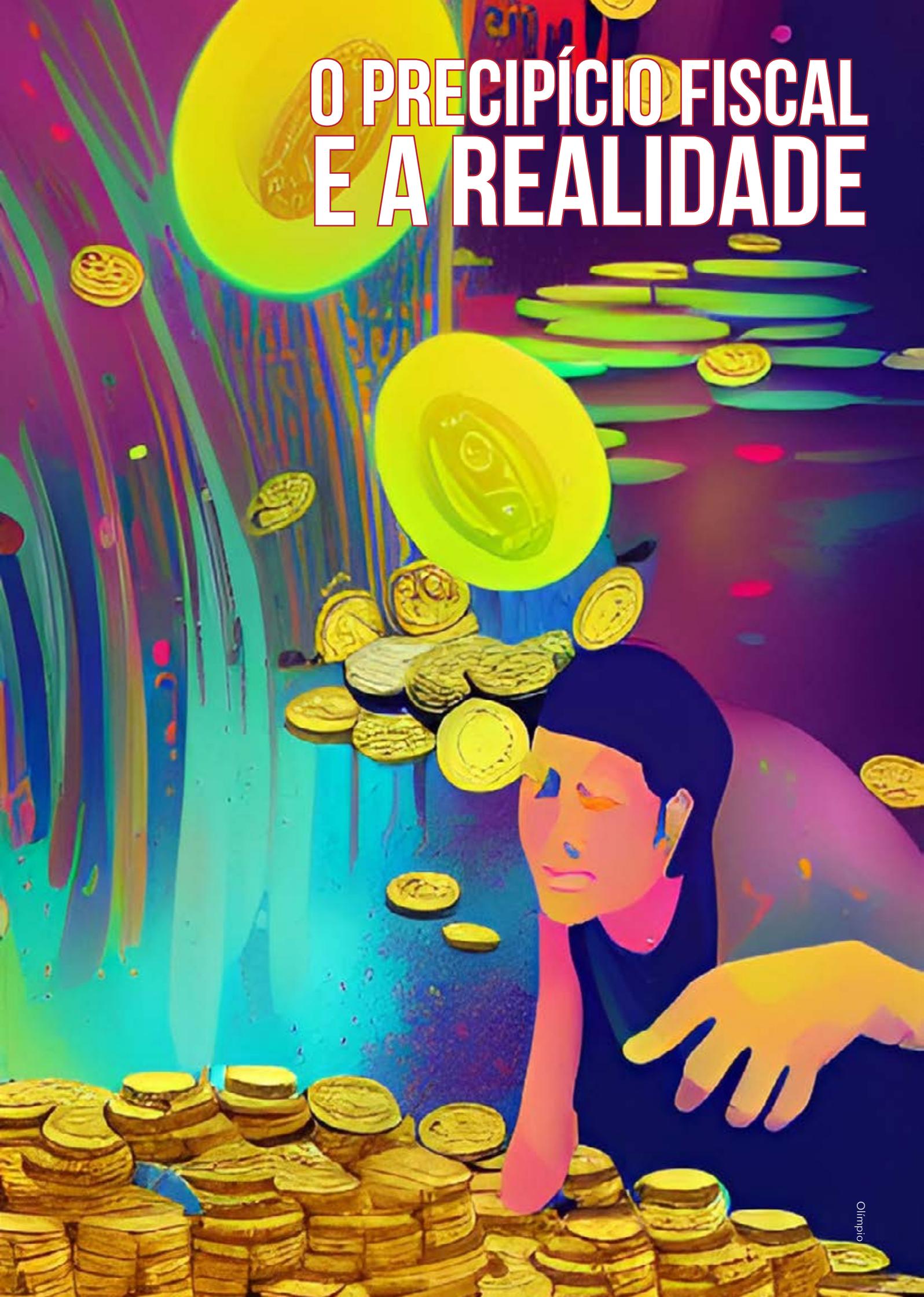
Como presidente do BC, o neto do ex-ministro do Planejamento da Ditadura Militar, Roberto Campos, teve acesso a dados estratégicos, como câmbio e taxas de juros, capazes de afetar seus investimentos lá fora. Em

julho do 2020, por exemplo, assinou uma portaria mudando as regras para a declaração de ativos no exterior. Até então, todo brasileiro que tivesse mais de US\$ 100 mil fora do país tinha que informar o BC.

Com a portaria, o valor subiu para 1 milhão de dólares – uma mudança que, dizem especialistas e gente do mercado financeiro, reduziu a transparência dos investimentos de brasileiros no exterior. Não se sabe o volume de recursos que Campos Neto mantinha em sua offshore quando a fechou. Nos Pandora Papers, não aparece essa informação.

A empresa tinha como sócios o próprio Campos Neto e sua mulher, a advogada Adriana Buccolo de Oliveira. Na época, ele se limitou a declarar que havia prestado informações à Receita Federal. E tudo bem. Nem a imprensa comercial insistiu em apontar o conflito de interesses envolvendo o sonegador e banqueiro, por acaso, no caso a própria pessoa. Ficou tudo por isso mesmo. •

O PRECIPÍCIO FISCAL E A REALIDADE



André Lara Rezende critica a cantilena do mercado e da mídia hegemônica em torno da manutenção da política de austericídio fiscal. E diz que os dados da economia brasileira mostram uma situação menos aterrorizante que os críticos de Lula propalam

André Lara Rezende

Depois de tanto ouvir os economistas e a mídia martelarem insistentemente o problema do déficit público, da insustentabilidade da dívida, que estaria numa trajetória explosiva, que o país estaria à beira de um abismo fiscal, saíram os números das contas públicas relativos ao ano passado. Pasmem: houve um superávit de R\$ 126 bilhões, equivalente a 1,3% do PIB. A dívida pública bruta, aquela que os analistas insistem estar numa trajetória explosiva, caiu 1,1% em proporção do PIB, para 73,5%. Seria de se esperar que os arautos do abismo fiscal reconhecessem que, no mínimo, tinham exagerado o problema fiscal. Mas não, pelo contrário, voltaram com ênfase reforçada, impassíveis diante dos fatos e dos dados.

Vejamos o que diz a Carta Macroeconômica do Itaú divulgada agora em 31 de janeiro. O texto é em inglês para seus clientes e "investidores" estrangeiros. A tradução é minha: "Na nossa visão, o superávit primário e a queda da dívida pública em 2022 são devidos a fatores temporários, ou a aqueles que terão um menor impacto este ano, tais como o elevado volume de receitas extraordinárias, um forte crescimento, a alta inflação e o preço das commodities". E para não correr risco de ser mal compreendido e perder a oportunidade de voltar a assustar, prossegue: "A implementação do PEC da Transição implica um significativo aumento

do gasto público em 2023, confirmando a perspectiva da volta do crescimento da dívida pública. Na ausência de medidas corretivas, este cenário poderá levar a um novo ciclo de baixo crescimento, alta inflação e altas taxas de juros".

O *Valor* de 1 de fevereiro estampou a manchete: "Piora do risco fiscal leva juro real à maior taxa desde 2016". No mesmo dia, o editorial da *Folha de S.Paulo*, "Dívida alta, juro alto", destaca em caixa alta: "Ataque a rentistas - a população que poupa e empresta ao governo - não resolverá o problema".

Como dizia Nelson Rodrigues, antecipando o mundo dos "fatos alternativos", se os fatos não confirmam, pior para os fatos, mas vamos aos fatos. A dívida pública brasileira não é alta. É muito mais baixa do que a dos países desenvolvidos e em linha com os países em desenvolvimento, mas com duas diferenças cruciais: é toda em moeda nacional, detida por residentes e o país ainda tem quase 20% do PIB em reservas internacionais.

O Brasil não tem dívida externa, só dívida interna, denominada em moeda nacional e carregada pelos rentistas, ou a população que poupa, como preferem alguns. Quem tem renda de ativos financeiros não é inimigo da pátria, mas faz parte da parcela privilegiada da população. Não são investidores, como gosta de denomina-los a mídia e os economistas do mercado financeiro, são rentistas, o que também não é crime, mas preciso distinguir entre quem aplica sua riqueza, herdada, conquistada ou poupada, em

ativos financeiros para ter renda sem correr riscos e quem verdadeiramente investe em capital físico, organizacional e intelectual, e contribui para o aumento a capacidade produtiva do país.

A taxa de juros básica, que é piso e referência para todas as demais taxas de juros no país é determinada pelo Banco Central. Repito, a taxa básica é integralmente controlada pelo Banco Central. As taxas para prazos mais longos são fixadas pelo mercado, instituições financeiras que operam com a dívida pública, com base nas estimativas que fazem da trajetória futura da taxa básica a ser fixada pelo BC. Se quisesse, o BC poderia fixar toda a estrutura a termo das taxas da dívida, como já faz há anos o Banco do Japão, e acabar com as pressões alarmistas para elevar ainda mais a já injustificavelmente alta taxa básica, em nome de um "risco fiscal" inexistente.

A dívida pública interna é um passivo do Estado e um ativo - líquido e sem risco - do setor privado. Assim como a moeda, a dívida pública presta um serviço aos poupadores, às empresas, aos ricos, aos rentistas e a todos os agentes na economia que precisam transferir poder aquisitivo no tempo sem correr riscos. Se o Estado se tornasse subitamente - ou milagrosamente como preferirão dizer seus críticos - superavitário e a dívida pública fosse integralmente resgatada, a economia teria sérias dificuldades para se manter saudável. Assim como no caso de uma súbita contração monetária, muito provavelmente, entraria em profunda recessão. A

moeda e a dívida pública interna são um bem público indispensável ao bom funcionamento da economia.

Sei bem que essa não é a visão convencional e dominante, mas é a que corresponde à realidade do mundo com moeda fiduciária. Tem uma longa e admirável tradição intelectual desde Aristóteles. Na história recente do pensamento econômico, tem representantes na “banking school” inglesa do século 19, passando por Wicksell, Schumpeter, Ingham, Abba Lerner, Minsky, entre muitos outros, quase sempre mantidos à margem das ideias convencionalmente aceitas.

Aqueles que entenderam a moeda não como uma mercadoria, mas como um serviço público, uma unidade de conta fiduciária, como um ativo que poderia ser usado para pagar os impostos, deveriam ter finalmente sido vindicados pelo desaparecimento da moeda física e a desmoralização da relação entre quantidade de moeda e o nível de preços, depois do Quantitative Easing.

Eu poderia me alongar sobre os equívocos da visão convencional, tema que já tratei em diversos artigos ao longo dos últimos anos, mas não vale a pena. João Moreira Salles abre a introdução do seu recém publicado “Arrabalde: em busca da Amazônia” (Cia das Letras, 2022) afirmando que é difícil compreender quando não se presta atenção. Mais à frente, no livro, leitura obrigatória para entender o drama do descaso com a floresta, cita Simone Weil, a pensadora francesa, para quem a atenção é a forma mais rara e pura da generosidade.

No mundo contemporâneo, a atenção se tornou ainda mais difícil. Para os temas técnicos, que além da atenção exigem reflexão, sem parti pris, é praticamente impossível. Para falar da teoria monetária e da taxa de ju-

ros, tema que além de técnico é motivo de velhas controvérsias e de posições cristalizadas, é caso perdido. Perde-se o leitor já nas primeiras linhas.

Meu objetivo é mais modesto. Quero que o leitor se pergunte porque, mesmo diante de resultados muito mais favoráveis do que o esperado, os analistas e a mídia redobram sua histeria em relação ao tal do “risco fiscal” e clamam por juros ainda mais altos. A razão é a PEC da Transição,

A DÍVIDA PÚBLICA BRASILEIRA NÃO É ALTA. É MUITO MAIS BAIXA DO QUE A DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM LINHA COM OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

o terceiro governo Lula, dirão. A PEC da Transição autorizou despesas em torno de 2% do PIB. A alta da taxa básica de juros, promovida por canetadas do BC desde o início de 2021, custou quase o dobro desses 2% do PIB, só em 2022. Faz sentido?

Alguns dias depois da divulgação do resultado fiscal de 2022, o Copom decidiu manter inalterada a taxa básica em 13,75%. Como reportou o *Valor*, “com um tom mais duro em relação ao risco fiscal, disse que avalia manter a taxa por mais tempo”. O BC sustenta

que a conjuntura “particularmente incerta no âmbito fiscal e as expectativas de inflação se distanciando da meta em horizontes mais longos” exigem a manutenção da taxa por mais tempo do que o previsto, ao menos até o final do ano.

Ou seja, mais uma vez, em nome do “risco fiscal” e da “ancoragem das expectativas”, a extraordinária taxa básica será mantida. O Brasil continuará a ter a taxa real, descontada a inflação, mais alta do mundo, quase 8% ao ano. A razão? A necessidade de ancorar as expectativas. Expectativas de quem? Do mercado financeiro, divulgadas pelos seus próprios analistas. Por que estariam desancoradas? Por causa do risco fiscal que eles mesmo decretaram ser muito alto e se encarregam de propagar por toda a mídia.

Ou seja, independentemente dos dados e da realidade, decide-se que o risco fiscal é alto. Estipula-se que o risco fiscal determina as expectativas de alta da inflação e que a alta dos juros irá reverter o quadro. Como? Não fica claro, dado que a alta dos juros aumenta o serviço da dívida e agrava o risco fiscal. Pouco importa, todo mundo sabe que expectativas desancoradas provocam inflação e que juros altos controlam a inflação. Portanto, é preciso manter os juros altos, premiar os rentistas e inviabilizar os verdadeiros investimentos na expansão da capacidade produtiva, na infraestrutura e na descarbonização da economia.

Como disse recentemente James Galbraith, que tem longa experiência no questionamento da teoria convencional, é impossível argumentar com base nos fatos e na lógica contra o que “todo mundo sabe”. Começo a achar que ele tem razão. •

Artigo publicado originalmente no [jornal Valor Econômico](#), de 7 de fevereiro.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Adobe Stock

A Amazônia precisa de um plano de desenvolvimento regional o mais amplo possível, que tenha como princípio norteador, mas não único, a expansão de uma economia da sociobiodiversidade

**Pedro Paulo Zahluth Bastos e
Danilo Araujo Fernandes**

ACOP 27 no Egito, ocorrida em novembro passado, não foi um avanço inequívoco na luta contra a emergência climática. Por um lado, os interesses contrários à descarbonização do sistema energético venceram ao barrar novo compromisso genérico de eliminar gradativamente o uso de gases de efeito-estufa

em futuro longínquo, além de moderar o compromisso existente relativo ao carvão.

Por outro lado, as nações que enriqueceram com uso de combustíveis fósseis desde a Revolução Industrial finalmente aceitaram contribuir, um dia, para um fundo compensando “perdas e danos” das populações pobres que habitam territórios já dominados por impérios europeus, mas que nada ou quase nada contribuiram para a emergência climática que os afeta com muito mais seve-

ridade. No entanto, os países ricos rejeitam qualquer responsabilidade formal de indenização pelo problema histórico das emissões acumuladas na atmosfera.

Tampouco aceitam compensar os menos pobres entre os países que há 200 anos escaparam da condição colonial para se tornarem mercados de exportações industriais que, por décadas, se concentraram nas antigas metrópoles imperiais. Ao contrário, pedem que países como o Brasil contribuam para o fundo, enquanto arcam

por si próprios com enchentes, de um lado, e processos de desertificação, de outro. Esquecem que as secas nordestinas são um dos primeiros efeitos ecológicos não só da expansão colonial europeia, como também da Revolução Industrial, como o grande historiador Mike Davis (1946-2022) explicou em páginas brilhantes.

É por isso que o otimismo com tal avanço na COP 27 deve ser cauteloso. Como o presidente Lula alertou em sua participação na COP, os países ricos prometeram há mais de 10 anos contribuir US\$ 100 bilhões por ano, a partir de 2020, para mitigar um problema que não admitem ter causado, mas em três anos desde 2020 só entregaram pedidos de adiamento.

Quanto à Amazônia, o cenário para a cooperação internacional parece ser diferente. Em pé, a Amazônia sozinha não impede o risco de mudança climática catastrófica. Contudo, se o desflorestamento ultrapassar um ponto de não-retorno, sem ela é muito difícil evitar a catástrofe. É claro que os primeiros a sofrer serão os amazônidas com todos os brasileiros, pois se a Amazônia não é o pulmão do mundo, é pelo menos a caixa d'água da América do Sul e também o maior reservatório de biodiversidade do planeta.

Neste sentido, se por um lado não há soja, para não falar do resto da agropecuária, sem os rios voadores da floresta; por outro, também não há economia regional amazônica sem a floresta, os rios, as chuvas e a biodiversidade existentes na região. A segurança alimentar e hídrica brasileira, assim como a base da sociobiodiversidade que sustenta parte significativa da economia regional de base primária da Amazônia, não existiria, portanto, sem a floresta e o bioma por inteiro ("em pé"), por mais que os currículos das escolas (principalmente as militares) insis-

tam em subestimar a questão.

Neste contexto, a centralidade da Amazônia para a mudança climática e até para a geopolítica mundial, se alia às reflexões e debates sobre a necessidade de construção de estratégias e modelos alternativos de desenvolvimento sustentável para a região. Em parte, essas convergências talvez expliquem por que a cooperação internacional, nesse caso, é acompanhada de aporte financeiro significativo.

A simples vitória eleitoral de

A VITÓRIA DE LULA SOBRE BOLSONARO PROVOCOU MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS: A ALEMANHA OFERECEU R\$ 1 BILHÃO PARA O FUNDO AMAZÔNIA

Lula já induziu a Alemanha a oferecer mais recursos. Na posse de Lula, o presidente alemão trouxe o anúncio de contribuição de cerca de 200 milhões de euros para o Fundo Amazônia, reinstituído em um dos primeiros atos do novo governo. Considerada a nova contribuição alemã, o fundo terá um saldo em caixa de cerca de R\$ 4,4 bilhões, dos quais quase R\$ 3,4 bilhões foram doados pela Noruega. Há rumores que o fundo poderá contar com a participação de novos países em breve, como

os Estados Unidos.

O governo federal e o Consórcio Amazônia Legal de governadores buscarão reforçar a cooperação internacional com novos parceiros, atraindo mais recursos. Talvez com o objetivo de fortalecimento de estratégias de desenvolvimento regional que sejam mais condizentes com as condições de preservação das florestas e do bioma amazônico. Nossa floresta tropical ficará ainda mais no centro da atenção e, se possível, da cooperação internacional para o desenvolvimento da região, caso a COP30 seja realizada na Amazônia em 2025, como demandado publicamente pelo presidente Lula.

Isso suscita reflexão. Quais prioridades devem orientar a destinação de recursos vinculados à cooperação internacional? Para os governos doadores, a prioridade é certamente a de manter a floresta em pé a qualquer custo, pois sem isso ela não pode contribuir para absorver CO₂.

Se o mercado de carbono prosperar e não se limitar à "maquiagem verde", ele também não tem sentido sem a preservação da floresta em pé. Da mesma forma, e por outro lado, não faz sentido para as populações que hoje vivem na Amazônia, assim como para os políticos que as representam, renunciar a suas estratégias de aprendizado secular em manejo sustentável dos recursos da biodiversidade, em troca de uma estratégia de isolamento da floresta em relação à ação humana (como defendido por parte dos ambientalistas).

Da mesma forma como não faz sentido para muitos a expansão indiscriminada de atividades predatórias que enriquecem poucos e limitam a capacidade futura de reprodução social de muitos – como está na raiz do modelo bolsonarista recentemente derrotado nas urnas.



AGENDA AMBIENTAL Olaf Scholz e o presidente Lula, no encontro em que o líder brasileiro recebeu o chefe de governo da Alemanha, no Palácio do Planalto, que anunciou a doação de 200 milhões de euros para o Fundo Amazônia

Com uma visão alternativa a esses dois modelos, produzir e preservar são palavras que andam juntas para a maioria da população regional. Interessa a elas, por isso, um projeto alternativo de desenvolvimento que olhe, sim, para o futuro da Amazônia, mas sem perder de vista a sua capacidade de aprender com o seu passado de preservação. Afinal de contas, a floresta que está aí, preservada, foi e será sempre – como nos dizem os estudos mais recentes de arqueólogos, antropólogos e ecologistas políticos contemporâneos – o resultado histórico da ação de suas populações interagindo de maneira produtiva e evolutiva com o bioma amazônico.

Apesar disso, mundialmente, a floresta em pé é ainda, às vezes, confundida com a imagem de uma mata virgem, intocada pela ocupação ocidental, quando muito habitada por povos ancestrais erroneamente vistos como caçadores e coletores, por quem não conhece a mandioca e o manejo indígena de árvores frutíferas.

Contudo, há séculos a floresta é mantida em pé em várias áreas de ocupação camponesa e ribeirinha, quilombola ou não, em cooperativa ou não, que se combinam com a sabedoria ancestral, mas que são impensáveis sem a herança europeia e africana.

Essa zona de miscigenação cultural depende da floresta em pé, mas convive há séculos com o mercado urbano, seja o de verdadeiras metrópoles como Manaus ou Belém, seja o de vilas como Alter do Chão ou Uiramutã, ou cidades médias como Macapá e Parintins.

A economia monetária, por um lado, muitas vezes apenas absorve excedentes da produção para autoconsumo. Mas, por outro, também, se integra a economia-mundo e aos diversos mercados locais e regionais, com o objetivo de abastecimento tanto de nichos de mercados de produtos específicos – com alguma valorização no seu preço de mercado, devido à sua especificidade –, quanto para a produção e venda de produtos

genéricos em grande escala para o abastecimento dos mercados de commodities globais, a um baixo preço unitário.

São estas várias facetas, alternativas e contradições que estimulam tensões e disputas que se traduzem em trajetórias tecnoprodutivas mais ou menos aderentes à preservação ou não da floresta e do bioma amazônico.

Neste sentido, o que a Amazônia precisa é de um plano de desenvolvimento regional o mais amplo possível, e que tenha como princípio norteador, mas não único, a expansão de uma economia da sociobiodiversidade da região.

Uma estratégia que garanta o crescimento de sua economia em condições, e escala, compatíveis minimamente com a preservação da diversidade do bioma. O que implica em uma estratégia prioritária de superação da lógica hegemônica da especialização produtiva e da monocultura, associadas a uma estratégia de contenção da ampliação do mer-

cado privado de terras para fins de especulação fundiária.

Neste contexto, a importância e relevância da economia regional amazônica, com toda a sua complexidade atual, não deve e nem pode ser negligenciada. Uma economia que sustenta cerca de 20 milhões de habitantes, com parcela significativa de sua população localizada em grandes e médios centros urbanos, está longe de ser uma terra desabitada.

Para continuar se desenvolvendo e preservando a floresta, essa economia não precisa apenas de pacotes tecnológicos de alto impacto trazidos de fora, nem somente de grandes programas de apoio filantrópicos para fins de combate à pobreza.

O que precisamos é da valorização efetiva de estratégias de desenvolvimento regional que estimulem a reprodução, ampliação e difusão dos conhecimentos científicos e tradicionais, combinados a um amplo programa de fomento às atividades econômicas baseados em princípios de diversidade e diversificação.

De uma maneira geral, portanto, a imagem do futuro dos municípios amazônidas como polos da química fina e da biotecnologia avançada com base na diversidade ecológica não é generalizável a ponto de transformá-la em modelo de desenvolvimento regional.

A Califórnia é muito menor que a Amazônia, e o Vale do Silício é uma pequena parte dela onde convivem as mansões de Berkeley Hills, os arranha-céus e os mendigos de São Francisco com os quase-cortiços abarrotados de alunos da UC Berkeley. Boston ou Cambridge tampouco descrevem Massachussets.

Qualquer polo de desenvolvimento associado à fronteira tecnológica combina polarização urbana, concentração de renda e exclusão habitacional, exceto que os lucros sejam fortemente

taxados para financiar infraestrutura coletiva e gasto social. A despeito de seu potencial de geração de riqueza, não se apresenta como solução para a totalidade do bioma.

É compreensível o medo de repetir o “ciclo” da borracha e o preconceito contra as potencialidades endógenas de construção de alternativas tecnológicas de baixo impacto para o desenvolvimento da economia regional.

Contudo, às vezes se esquece que variantes alternativas da bioe-

EM PÉ, SOZINHA, A AMAZÔNIA NÃO IMPEDE O RISCO DE MUDANÇA CLIMÁTICA. MAS A DESTRUIÇÃO DA FLORESTA PODE LEVAR O MUNDO A UMA CATÁSTROFE

conomia biotecnológica, em diferentes escalas, já foram implementadas na Amazônia ao longo do século 20, sem sucesso: ou na sua etapa ainda de validação política – como a criação do Instituto Hiléia e a proposta de construção de um grande lago na Amazônia –; ou por sua incapacidade de construir condições objetivas consideradas minimamente aderentes em relação à realidade da economia e da sociedade regional.

Um pouco antes, ainda no final do século 19, a biopirataria britâ-

nica para a plantation malaia interrompeu a bonança muito antes da borracha sintética aparecer como alternativa ao modelo extrativista voltado para a comoditização da borracha, modelo ainda bastante estimulado no período da segunda guerra mundial.

O que derrubou o extrativismo da borracha, portanto, não foi a produção sintética, mas a monocultura e a plantation na Malásia. Se olharmos o atual contexto de expansão dos produtos florestais não madeireiros na Amazônia, podemos por paralelo afirmar que a maior ameaça continua sendo a sua expansão em forma de monocultura.

O problema é que aumentar a escala por aumentar a escala, como um fim em si legitimado pela busca da eficiência, leva a uma especialização monocultora que mata a biodiversidade e, a médio prazo, elimina suas próprias condições de possibilidade.

Não há monocultura nem produto sintético que possa substituir a importância econômica, cultural e social, em conjunto, do açaí, da amêndoa de castanha do Pará, do cupuaçu, do buriti, do babaçu, da copaíba, da andiroba, entre outros. Sua produção só é viável a longo prazo dentro de um ecossistema marcado pela biodiversidade, ou seja, como um conjunto integrado de produtos específicos, não transformados em commodities, mas sendo base de uma bioeconomia ecológica, baseada na floresta e no bioma amazônico.

A boa novidade é que, aos poucos, parece que esse recado começa a ser entendido e difundido em canais de comunicação e debates públicos realizados nos últimos anos, do qual fizeram parte representantes de agências financiadoras internacionais, acadêmicos, ambientalistas, movimentos sociais e atores políticos e econômicos relevantes no debate atual sobre a agenda climática mundial.

Neste sentido, é importante que o mundo e o restante do país, assim como seus representantes institucionais, compreendam que a preservação do bioma amazônico não pode ser um projeto construído de fora para dentro, como um objetivo de “resgate” e “salvação” das florestas contra as populações e a falta de conhecimento locais. E sim como um projeto a ser construído conjuntamente e com a participação ativa dessas populações.

Por outro lado, não existe nem existirá uma única Amazônia. Nela podem caber enormes unidades de conservação de proteção integral ou de uso sustentável, reservas indígenas demarcadas ou pequenas áreas de preservação, cidades de diferente porte, de perfil urbano e urbano-florestal, de bioeconomia ecológica, até conectadas a redes de biotecnologia que passarão também pelas metrópoles regionais, dependentes de serviços mais do que da produção, inclusive em Manaus.

Há também áreas degradadas pela extração de madeira e pela ocupação da pecuária cuja proximidade com a floresta facilita a restauração e permite a convivência entre a criação de animais e a produção de grãos com a cobertura florestal legal, inclusive com a venda de serviços ambientais que estimulem ainda maior reflorestamento e integração lavoura-pecuária-floresta.

Enfim, uma gama diversa de alternativas precisa ser avaliada e analisada em contexto específico sobre a sua possibilidade de integração à economia regional amazônica e brasileira em sua lógica estratégica de busca pelo seu acooplamento em relação à dinâmica estrutural e ecológica que baseia, como fundamento, a diversidade do bioma amazônico.

Em outras regiões, por exem-

plo, o aumento da produtividade da pecuária tem sido essencial para permitir sua reprodução ampliada sem pressão por novas pastagens. Na Amazônia, no entanto, estes desafios são muito mais profundos, até porque não se pode esquecer que existe hoje na região um mercado de terra ainda em expansão, formando processos cíclicos de crescimento e contração na produção de novas terras a serem inseridas por grilagem no mercado, o que favorece o barateamento do seu

BOLSONARO É PROVA VIVA DE QUE A PORTEIRA PODE SER REABERTA, NA MARRA, SEM CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

preço de tempos em tempos.

Esse mecanismo pode tornar estéril qualquer tentativa de frear de maneira regular e definitiva a expansão da pecuária de baixa produtividade sobre áreas não desmatadas, mesmo com o avanço dos setores mais modernos supostamente poupadores de terra.

Neste sentido, um dos grandes desafios dos processos de desenvolvimento com preservação ambiental na Amazônia, é combinar políticas que deem conta de uma ampla estratégia

de ordenamento territorial atrelada a uma política de estímulo à produção de riquezas na região com base na diversidade das formas de vida hoje já existentes em condições compatíveis com a preservação do bioma. Isso sem contar o enorme desafio que é o de contribuir com o processo de garantia na produção de segurança alimentar em escala regional, nacional e internacional, tendo em vista a tendência de crescimento da superpopulação global, sem substituir novas áreas florestais por pastagens e plantações de soja.

Com tudo isso, a cooperação internacional não pode, e nem deve, partir de visões simplificadoras e/ou distorcidas sobre a realidade econômica, política e social da Amazônia. Nem apostar todas as suas fichas em estratégias baseadas em princípio de preservação importantes, porém vulneráveis, que contam apenas com comando, controle e proteção integral do uso da terra e dos recursos do bioma.

O governo Bolsonaro é prova viva de que a porteira pode ser rapidamente reaberta, na marra, quando não for contida pelo desenvolvimento de estratégias eficientes de construção de políticas de desenvolvimento regional em grande medida encorados em estratégias de fortalecimento de uma economia do bioma amazônico. Uma estratégia que possibilite o acesso da população regional tanto a bens, serviços e direitos universais de seus cidadãos; como a condição dos mesmos de serem inseridos na construção de modelos de desenvolvimento alternativos para a Amazônia, que sejam construídos não a despeito da floresta, mas por causa dela ou junto dela. •

Economistas paraenses, são professores de desenvolvimento socioeconômico na Unicamp e na UFPA.



NOVO TEMPO O presidente Lula e o vice, Geraldo Alckmin, prestigiaram a posse de Aloizio Mercadante, que assumiu anunciando medidas para resgatar a economia brasileira, de olho no futuro, para desenvolver o país

MERCADANTE ASSUME O BNDES

Ex-ministro diz que Brasil será maior ao atuar em conjunto com vizinhos e sinaliza que desenvolvimento nacional virá com preservação ambiental, mais tecnologia e promoção social. “Vamos apoiar a transição justa para a economia de baixo carbono”

O economista Aloizio Mercadante tomou posse na Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em cerimônia concorrida no Rio de Janeiro, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice Geraldo Alckmin – ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – e da ex-presidente Dilma Rousseff.

Ele assumiu o cargo prometendo promover uma agenda de investimentos do banco em soluções e projetos que respeitem o meio ambiente, assegurem um futuro com uso intensivo de

tecnologia e permitindo maior inclusão social. “O BNDES precisa apoiar a transição justa para a economia de baixo carbono, bem como promover a inclusão produtiva e a reurbanização inteligente, visando construir as cidades do futuro”, disse.

Ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Casa Civil e Educação nos governos Dilma, Mercadante afirmou que não pretende disputar mercado com a iniciativa privada e que deseja maior cooperação com os outros países sul-americanos. “Nosso destino está, portanto, indissolivelmente ligado ao destino da nossa região. O Brasil é grande, mas será ainda maior quando atuar em conjunto com

seus vizinhos”, disse.

Ex-presidente da Fundação Perseu Abramo e um dos coordenadores da campanha vitoriosa de Lula à Presidência, Mercadante também reafirmou compromisso com a igualdade racial, e anunciou a construção de um museu sobre a história da escravidão no Rio. “Não podemos esquecer essa chaga. O museu ficará localizado no Valongo, que foi a porta de entrada que recebeu mais escravos africanos em todo mundo”, disse, referindo-se ao cais no centro da capital fluminense.

Mercadante assume o BNDES com o desafio de promover uma reindustrialização da economia

nacional. A carteira da indústria do banco, que já chegou a ser de 43%, hoje é de 16%. “O país não seria o que é sem o BNDES. Quando esse banco foi criado, o Brasil era um país de 52 milhões de habitantes, predominantemente agrário, com indústria incipiente e estrutura precária. Três décadas depois, o Brasil se convertia em um país predominantemente urbano e industrial. Antes da crise externa, conhecida com a década perdida, a indústria brasileira era maior que as da Coreia e da China juntas. Essa transformação fantástica não seria possível sem a participação do BNDES, a história desse banco se confunde com a da industrialização e da modernização da estrutura do país”, lembrou.

Ele defendeu interação com a iniciativa privada. “Precisamos de parcerias e o BNDES pode contribuir para reduzir risco, abrir novos mercados, alongar prazos e elaborar bons projetos para os investimentos”, comentou. E destacou que o BNDES trabalhará para ampliar as exportações brasileiras com bens industriais de alto valor agregado, fortalecendo o desenvolvimento de uma indústria mais digital, limpa, circular, inovadora e descarbonizada.

O economista lembrou que o BNDES é o maior banco de desenvolvimento das Américas e esteve na linha de frente para viabilizar financiamentos de longo prazo nos grandes ciclos de desenvolvimento do país. Entre os casos de sucesso, citou a fabricante de aviões Embraer. “Apenas oito países do mundo têm capacidade tecnológica para produzir aeronaves e o Brasil é um deles. Hoje a Embraer é uma história de sucesso do talento brasileiro que contou, em 125 anos, com R\$ 25 bilhões em financiamento do BNDES para a exportação de 1.275 aviões para inúmeros países”, ressaltou. •

BRASIL NÃO SERIA O QUE É SEM O BANCO

Em discurso, Mercadante anuncia novos tempos para o órgão criado por Celso Furtado: “O BNDES não foi apenas gigante no fazer, foi gigante também no pensar. E o pensar fez o fazer”. Eis a íntegra

Após 50 anos dedicados à vida pública, na luta por um país mais justo, mais desenvolvido, mais solidário, mais inclusivo e menos desigual, assumo a Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o maior banco de desenvolvimento das Américas.

A minha militância começou na USP, em 1973, quando assumi a presidência de nossa entidade estudantil. Sou de uma geração que lutou muito e pela redemocratização do país.

Tomo posse em um momento extremamente desafiador, no qual o Brasil sofreu a ameaça mais grave ao Estado Democrático de Direito desde o fim da ditadura militar. O respeito à soberania do voto, às instituições democráticas e à Constituição é uma exigência fundamental para a nova diretoria do BNDES e para toda a sociedade brasileira.

Presidente Lula, só a sua história, a qualidade dos seus governos, o seu compromisso com o país e a sua capacidade de construir alianças poderiam derrotar o autoritarismo e os retrocessos, que ameaçavam devastar conquistas civilizatórias do povo brasileiro.

Menciono também a escolha do vice-presidente, e ministro desta casa, Geraldo Alckmin, uma escolha improvável e imprescindível, que reuniu duas experiências complementares para a vitória eleitoral e para a união e a reconstrução do país.

Não vamos retroceder na defesa da democracia!

É um grande desafio presidir

este banco, que já teve entre seus colaboradores grandes intelectuais como Celso Furtado, Roberto Campos, Ignácio Rangel, Conceição Tavares, Carlos Lessa e tantos outros.

O país não seria o que é sem o BNDES. Quando este banco foi criado, o Brasil era um país de 52 milhões de habitantes, predominantemente agrário, com uma indústria incipiente e infraestrutura precária. Três décadas depois, o Brasil havia se convertido em um país predominantemente urbano e industrial. Antes da crise da dívida e da chamada “década perdida”, a indústria brasileira era maior do que a da Coreia e a da China, somadas. Essa transformação fantástica não teria sido possível sem o BNDES.

A história deste banco se confunde com a da industrialização e a da modernização da infraestrutura do país. O BNDES esteve na linha de frente para viabilizar o financiamento de longo prazo, nos grandes ciclos de investimento e desenvolvimento do país. O qualificado corpo técnico do BNDES tem experiências extremamente exitosas na elaboração de projetos, na formulação de políticas, na industrialização, no desenvolvimento científico e tecnológico e na infraestrutura no Brasil.

Darei alguns poucos exemplos:

A Ferrovia Central do Brasil não existiria sem o BNDES. Na verdade, foi o primeiro projeto financiado pelo BNDES.

A Eletrobrás, que iluminou o Brasil, também é fruto do grande investimento que o BNDES liderou para gerar, integrar e distribuir energia elétrica pelo país.

A Embraer é outro exemplo. Apenas oito países no mundo têm capacidade tecnológica para produzir aeronaves. O Brasil é um deles.

Hoje, a Embraer é uma história de sucesso do talento brasileiro, que contou, em 25 anos, com R\$ 25 bilhões de financiamento do BNDES para exportações de 1.275 aeronaves para inúmeros países.

Esses exemplos demonstram que um banco de desenvolvimento tem de ter visão de longo prazo, visão estratégica. E uma das dimensões importantes para um projeto estratégico de desenvolvimento são as exportações, não apenas de commodities agrícolas – em que o Brasil é um dos principais produtores e exportadores do mundo –, mas também de produtos industriais de alto valor agregado.

Noventa e oito por cento do mercado mundial está fora do Brasil. Para serem competitivas, as empresas brasileiras precisam exportar, como tem defendido também o ministro Alckmin, ganhar escala e se integrar às cadeias globais de valor. O BNDES deve apoiar o pré-embarque e o pós-embarque das exportações de bens e produtos. Na verdade, estamos desenvolvendo um projeto para a constituição de um Eximbank no BNDES, a exemplo do que já existe nas principais economias do mundo.

O BNDES também teve um papel central no desenvolvimento da indústria de papel e celulose, no complexo industrial da saúde. O BNDES contribuiu para a transição energética no Brasil, apoiando a geração de energia eólica e solar, que, somadas, hoje representam uma parcela significativa da potência de energia elétrica do Brasil, tornando o país mais verde.

O BNDES não foi apenas gigante no fazer, foi gigante também no pensar. E o pensar fez o fazer.

O BNDES foi seminal no planejamento do Brasil. Foi o BNDES

que gerou o Plano de Metas de Juscelino. Foi o BNDES que gestou o plano trienal de Celso Furtado e Santiago Dantas, num período extremamente difícil e interrompido pela ditadura militar.

Pois bem, essa é uma tradição que iremos retomar.

Para tanto, é vital que o BNDES seja uma instituição plural. Uma das maiores riquezas desta instituição é a pluralidade do pensamento e o respeito democrático pelas diferentes visões de mundo. O BNDES foi construído por servi-

SE QUISERMOS TER FUTURO, PRECISAREMOS DE UM BNDES MAIS PRESENTE E ATUANTE, E DE UMA RELAÇÃO DE EQUILÍBRIO COM O TESOURO NACIONAL

dores desenvolvimentistas, como Ignácio Rangel e Celso Furtado, e por liberais, como Roberto Campos. Essa dialética entre diferentes pensamentos, feita de modo civilizado e qualificado, contribuiu muito para o sucesso do BNDES.

Vamos liderar pelo exemplo. Enquanto estivermos aqui, não haverá perseguição a pessoas, nem censura ao debate. Partimos do entendimento que a tensão criativa entre as escolas de pensamento da economia é a base para uma rigorosa avaliação e o aperi-

moramento constante das nossas políticas. Queremos uma equipe de pensadores em um ambiente de liberdade.

E da imprensa, tão vital para a democracia e vilipendiada por um governo autoritário, queremos a crítica, quando acharem que cometemos erros, e o reconhecimento nos avanços.

Estamos aqui não para debater o BNDES do passado, mas para construir o BNDES do futuro, que será verde, inclusivo, tecnológico, digital e industrializante.

Vamos apoiar com mais determinação o crescimento e a modernização das micros, pequenas e médias empresas, que são grandes geradoras de emprego e renda. Precisamos impulsionar a digitalização dessas empresas, por meio de ações conjuntas com parceiros tecnológicos.

Vamos apoiar as micro, pequenas e médias empresas, as cooperativas e a economia solidária, com R\$ 65 bilhões por meio de crédito indireto do banco e alavancagem via garantias para o crédito privado.

O grande desafio para o sucesso da agenda modernizante das MPMEs será, em parceria com o Congresso Nacional, debatermos e ajustarmos a Taxa de Longo Prazo do BNDES, também conhecida como TLP.

Não queremos e não estamos reivindicando um retorno ao padrão de subsídio do passado, mas uma taxa de juros mais competitiva, sobretudo para MPMEs.

Atualmente, a TLP apresenta enorme volatilidade e representa um custo financeiro acima do custo da dívida pública federal, o que penaliza de forma desnecessária as micro, pequenas e médias empresas.

Desde 2015, o BNDES devolveu mais de R\$ 678 bilhões ao Tesouro sob a forma de pagamento de principal, juros, liquidação antecipada da dívida e dividendos.



NÃO EXISTIRÁ FUTURO SEM PRESERVAR A AMAZÔNIA E OUTROS BIOMAS. ESSA SERÁ A PRIORIDADE DO BNDES

Esse é um valor 54% maior que as transferências do Tesouro para o BNDES, de 2008 a 2014.

Essa página precisa ser virada. Se quisermos ter futuro, precisaremos de um BNDES mais presente e atuante, e de uma relação de equilíbrio com o Tesouro Nacional. Mas não pretendemos ficar disputando mercado com o sistema financeiro privado. Precisamos de parcerias e o BNDES pode contribuir para reduzir risco, abrir novos mercados, alongar prazos e elaborar bons projetos para os investimentos.

Somente na infraestrutura, nosso hiato de investimentos é, hoje, de cerca de R\$ 226 bilhões. Ou seja, 2,6% do PIB, ao ano. O investimento privado de infraestrutura, que foi de R\$ 131 bilhões em 2022, precisa ser alavancado fortemente com o suporte do BNDES.

Nosso planeta não tem chance de sobreviver e de prosperar se o sistema econômico e financeiro não mudar radicalmente para enfrentar a emergência climática e social. Estamos muito perto de uma catástrofe ambiental sem retorno e a tragédia social está em

toda parte. Precisamos enterrar de vez o obtuso negacionismo climático que nos tornou o grande vilão ambiental do planeta!

O BNDES precisa apoiar a transição justa para a economia de baixo carbono, bem como promover a inclusão produtiva e a reurbanização inteligente, visando construir as cidades do futuro.

Transitar para uma economia de baixo carbono, com empregos verdes e de baixa emissão é um imperativo que orientará a estratégia do banco. Mas precisamos fazer mais. Não existirá futuro sem preservar a Amazônia e outros biomas. Essa será a prioridade do BNDES do futuro.

Por isso, o presidente Lula, no primeiro ato de seu governo, garantiu a reativação do Fundo Amazônia, que, sob a coordenação interministerial e a participação ativa da sociedade civil, voltará a ser gerido pelo BNDES.

Na nossa visão, três diretrizes serão fundamentais: reconstruir as condições para enfrentar o desmatamento através das operações de comando e controle; viabilizar projetos estruturais e com esca-

la que gerem desenvolvimento sustentável e mantenham a floresta em pé, protegendo e atendendo de forma emergencial os mais vulneráveis, especialmente os Yanomami; e desenvolver a infraestrutura, a indústria limpa e a pesquisa científica, gerando novas oportunidades de emprego e renda para 28 milhões de habitantes da região.

Outro grande desafio é a reindustrialização. Não se trata da velha indústria. Trata-se da nova indústria: digital, descarbonizada, baseada em circularidade e, assim, intensiva em conhecimento. Essa nova indústria exigirá inovação e grandes investimentos na pesquisa aplicada.

Este país precisa se reindustrializar. A participação da indústria nos desembolsos do BNDES era de 56% em 2006 e caiu para 16% em 2021. Vamos colocar a indústria no topo das ações estratégicas do BNDES.

O Brasil precisa também se digitalizar. O próprio BNDES irá fazer a sua transformação digital, como processo contínuo e permanente.

Nesse campo, nós temos uma

agenda inovadora que é o uso do FUST, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, projeto que será gerido pelo BNDES, para implantar a inclusão digital nas escolas públicas do Brasil, projeto da minha autoria, enquanto senador da República, que só foi possível aprovar na pandemia, quando ficou explícito o imenso apartheid digital no Brasil.

A grande liderança internacional do presidente Lula reposicionou o Brasil no mundo e abriu uma janela de oportunidades para explorarmos a nova configuração geopolítica planetária. Saímos da nossa condição de pária, herdada do governo anterior. Voltaremos a ser uma grande liderança ambiental e mundial e o país respeitado que fomos.

O mundo civilizado aplaude. Com a eleição de Lula, o Brasil voltou! O nosso desenvolvimento passa necessariamente pela integração da América Latina e pela parceria com países do Sul Global.

O presidente Lula tem inteira razão quando diz que o BNDES tem que ser um banco parceiro do desenvolvimento e da integração regional. O Brasil é mais da metade do território, do PIB e da população da América do Sul. Estamos irrevogavelmente inseridos nesse contexto geográfico e histórico. Nosso destino está, portanto, indissolúvelmente ligado ao destino da nossa região. O Brasil é grande, mas será ainda maior quando atuar em conjunto com seus vizinhos.

Outro compromisso do BNDES do futuro é enfrentar as enormes desigualdades de gênero e de raça, chagas históricas que nos marcam profundamente. A agenda de gênero e do enfrentamento do racismo estrutural será parte da estratégia de negócios do BNDES. Seremos promotores de uma sociedade mais justa e inclusiva por meio das nossas linhas de crédito e das ações de fomento que empoderem economicamente os ne-

gros e negras deste país.

Esse nosso compromisso com a igualdade de gênero e racial não será só da porta para fora, como também da porta para dentro. Vamos buscar estabelecer ambientes de trabalho verdadeiramente saudáveis, seguros e dignos. Ambientes livres de assédio e de discriminação.

Vamos propor um programa de estágio para negros e negras e retomaremos concursos, que não ocorrem há mais de 10 anos, com cotas. O êxito das políticas de cotas nas nossas universida-

OUTRO COMPROMISSO DO BNDES É ENFRENTAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA, CHAGAS HISTÓRICAS QUE MARCAM O PAÍS

des aponta que é preciso avançar para que os negros e negras também tenham espaço na administração pública, nas empresas e no mercado financeiro.

Sob a coordenação da ministra Anielle Franco, vamos desenvolver o museu sobre a história da escravidão no Brasil. Não podemos esquecer essa chaga. O museu ficará localizado no Valongo, que foi a porta de entrada que recebeu mais escravos africanos em todo o mundo.

Teremos uma diretoria plural e com diversidade de gênero. Para isso, trouxemos duas das quatro CEOs do mercado financeiro, Luciana Costa e Natália Dias, para o BNDES. Mas o presidente Lula repôs a participação com as presidentas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Teremos um profissional experiente em indústria e inovação, o ex-presidente da EMBRAPA, José Luís Gordon. Além disso, estarão na nossa equipe pessoas responsáveis por 13 anos exitosos dos nossos governos: a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello, o ex-ministro da CGU e pai da lei anticorrupção Luiz Navarro e o ex-ministro de Planejamento e da Fazenda Nelson Barbosa.

Teremos ainda o ex-presidente do Conselho de Administração do BNDES e procurador federal da AGU, Walter Baere. Ademais, temos o Alexandre Abreu, uma pessoa com mais de 30 anos de experiência no mercado financeiro e que foi presidente do Banco do Brasil.

Esse é um sinal claro de que nós vamos trabalhar junto com o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e os demais bancos públicos. Os bancos públicos deverão ter uma agenda de complementaridade e sinergia.

Como prova de reconhecimento da excelência do corpo técnico do banco, estamos trazendo, para a diretoria de Pessoas e Operações, a economista e servidora da casa Helena Tenório.

Quero aproveitar e comunicar ao Arthur Koblitz, presidente da Associação de Funcionários do BNDES, e demais associações, que nós teremos uma mesa de diálogo permanente e que a retrógrada política de avaliação de curva forçada por pontos dos empregados está revogada.

Vamos estabelecer de forma democrática e participativa um di-

ólogo para a construção de uma nova política de avaliação, de saúde e de carreira para os empregados e empregadas.

O novo Conselho de Administração do BNDES será presidido pelo Rafael Luchesi, diretor-geral do SENAI e grande conhecedor da inovação e da indústria brasileira. Também estarão no Conselho Carlos Nobre e Izabela Teixeira, expoentes das questões climática e ambiental. Ainda, Adésio e Júlio, ex-vice presidentes do Banco do Brasil; Jean Uema, consultor jurídico do Senado Federal e secretário da Casa Civil; e Robison Barreirinhas, secretário da Receita Federal.

Teremos ainda no Conselho Clemente Ganz, que foi 18 anos superintendente do DIEESE, e Celso Amorim, esse grande ministro e diplomata do Brasil, que traz toda a sua larga experiência em relações internacionais. Por fim, Arthur, você não precisará mais brigar na justiça para exercer o seu legítimo direito de ocupar o seu assento no conselho. Você foi eleito por 74% dos empregados e faz parte deste projeto.

Quero anunciar também que estamos criando uma Comissão de Estudos Estratégicos, que será coordenada pelo renomado economista André Lara Resende e por um servidor aposentado da casa, José Roberto Afonso. A eles se somam o ex-presidente do Conselho Federal de Economia Antônio Correia de Lacerda, a servidora Lavinia Barros de Castro, o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, o ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa e ex-ministro interino da Educação Luiz Claudio Costa e a Élide Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e especialista em orçamento público.

Essa comissão irá abrir o debate e convidar mais especialistas, intelectuais, pesquisadores e lideranças, resgatando o papel do

BNDES sobre políticas de desenvolvimento para o Brasil.

Quero agradecer aos funcionários e funcionárias do banco pela firmeza na defesa do BNDES frente aos brutais ataques nesses anos difíceis. Vocês passaram por situações de extrema injustiça, como a abusiva condução coercitiva de vários funcionários da Casa, em 2017, quando foram para a frente do BNDES com o crachá de empregados na mão para defender a história do BNDES.

Esse tempo acabou! Brigou com os funcionários, brigou co-

O DESAFIO É DE CONSTRUIRMOS UM BRASIL PRÓSPERO, MODERNO E INDUSTRIALIZADO. UM PAÍS JUSTO E INCLUSIVO, COM EMPREGOS PARA TODOS

migo. O Brasil tem que se orgulhar muito do BNDES e de seus funcionários.

Senhoras Senhores, olhando para trás, vemos que o mundo mudou, o Brasil mudou e o BNDES mudou.

Olhando para frente, porém, vemos que os desafios e os sonhos continuam sendo os de construirmos um Brasil próspero, moderno e industrializado. Um país justo e inclusivo, com bons empregos para todas e todos. Um

país generoso e solidário. Um país soberano e respeitado no mundo.

Quando o nosso querido í-residente Lula subiu pela terceira vez a rampa do Planalto, a mesma rampa que seria, uma semana depois, barbaramente violentada pelos golpistas, ele não subiu sozinho. Com ele, subiu a mãe desesperada que não tem o que dar de comer a seus filhos. Com ele, subiram os 33 milhões de brasileiros que passam fome e os 10 milhões de desempregados.

Com Lula, subiram também dezenas de milhões de trabalhadores que não têm direitos e salários dignos. Com ele, subiram as negras e os negros do Brasil, as vítimas de um racismo estrutural profundo, que massacra vidas e sonhos. Com ele, subiram as mulheres do Brasil, as vítimas de feminicídio e aquelas que ganham uma fração do salário dos homens para fazer o mesmo trabalho.

Com Lula, subiram os parentes e os amigos das 700 mil vítimas da Covid, abandonados por um governo negacionista. Com Lula, subiram a rampa Raoni e todos os yanomami esqueléticos e doentes, as vítimas apavorantes de um governo genocida! Com ele, subiram a rampa do poder os sonhos e os anseios de todas e de todos.

Pois são eles todos, elas todas, que estão aqui, agora. Basta enxergar quem era invisível, basta ouvir as vozes que não eram escutadas. Lula são muitos. Lula são milhões.

Nós, do BNDES, vamos trabalhar para esses milhões. Das cooperativas de catadores até uma grande empresa moderna, este banco estará aberto a todos, sem distinção.

Seguindo a missão de sempre, a mesma missão histórica de Celso Furtado, Ignácio Rangel, Roberto Campos, da querida Conceição e de todos os que me antecederam. Trabalharemos unidos por essa eterna grande causa chamada Brasil. •



17 de fevereiro de 1922

SÃO PAULO GANHA SEMANA DE ARTE MODERNA

A Semana de Arte Moderna foi evento artístico e cultural que ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo, entre 13 e 18 de fevereiro de 1922. A proposta era apresentar uma nova estética artística para todos os campos das artes.

Intelectuais e artistas ligados a elite cafeicultora paulista se reuniram para apresentar uma arte que tinha como objetivo romper com os padrões artísticos até então vigentes. A Semana de 22, como é conhecida, iniciou a consolidação do modernismo no Brasil e a ruptura com movimentos anteriores.

Alvo de muitas críticas, a Semana de Arte Moderna só ganhou importância com o passar dos anos. Seu principal legado foi desprender a arte brasileira

da reprodução de padrões europeus, dando início à construção de uma cultura essencialmente nacional.

Depois da morte de Mário de Andrade, em 1945, iniciou-se um movimento de recuperação do seu legado. Desde então, a semana foi canonizada e incensada como o momento de fundação de um universo de pensamento todo novo e genuinamente brasileiro.

Entre os artistas dessa geração estão Anita Malfatti, Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Guiomar Novaes, entre outros. Di Cavalcanti e Victor Brecheret são parte deste movimento e tiveram suas obras destruídas no recente atentado à democracia em Brasília.

19 de fevereiro de 1948

PARTIDÃO LANÇA DOIS JORNAIS

Mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista do Brasil (PCB) mantém-se ativo e lança dois jornais: o "Voz Operária" e o "Terra Livre". O primeiro, voltado para as mobilizações operárias, divulga as teses do partido e do movimento comunista. O segundo nasce para ser o principal instrumento de mobilização do PCB no campo.

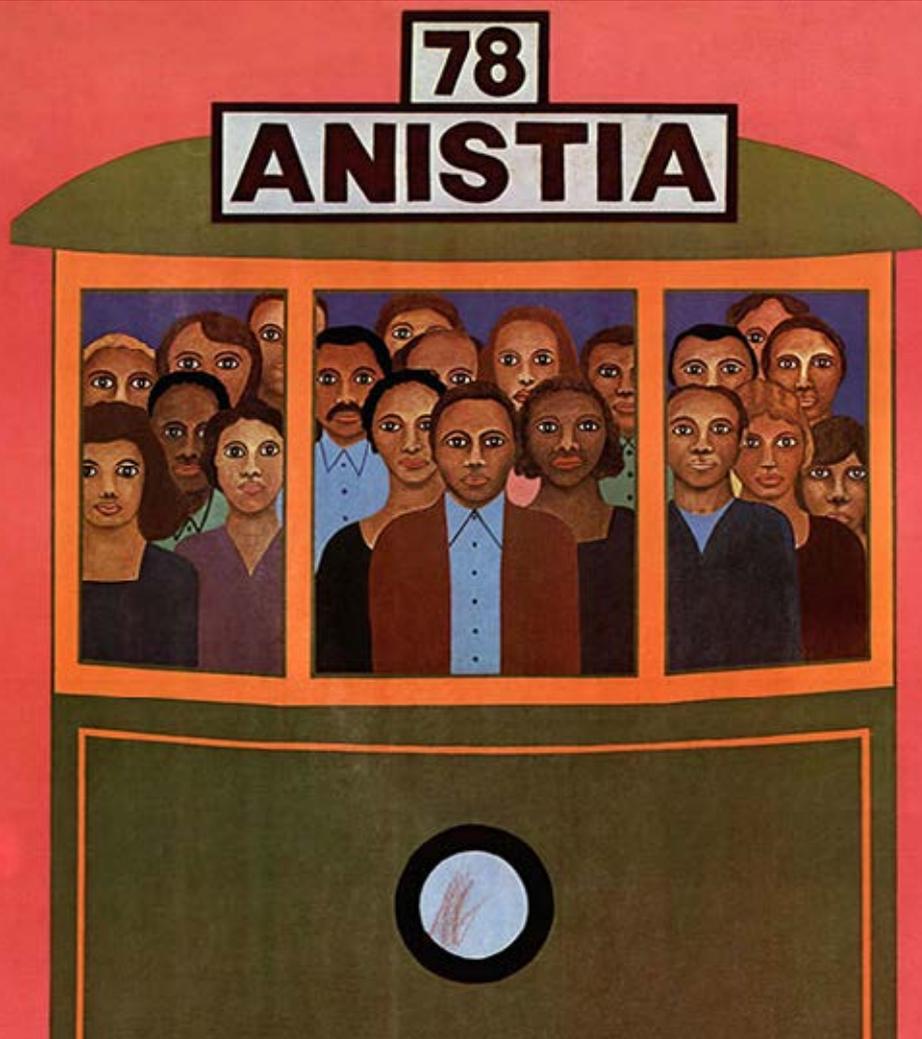
Seguindo a tradição leninista, o partido considerava a imprensa seu principal instrumento de agitação e propaganda. Desde a fundação, em 1922, jornais do PCB se sucederam, mas acabaram sendo fechados, pela repressão ou divergências internas.

18 de fevereiro de 1962

DE UM RACHA NO PCB, SURGE O PCDOB

A Conferência Nacional Extraordinária convocada por uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) aprova novo estatuto, elege um Comitê Central e se autoproclama a continuação da legenda fundada em 1922, o Partido Comunista do Brasil, que passa a usar a sigla PCdoB.

A formação de um novo partido comunista foi o resultado das divergências internas que vinham se acumulando desde o 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ocorrido em 1956, quando foram denunciados os crimes de Josef Stálin, morto três anos antes.



14 de fevereiro de 1978

COMITÊ BRASILEIRO AMPLIA LUTA POR ANISTIA

É lançado no Rio de Janeiro o manifesto do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que logo ganharia seções em outros estados. Formada a partir de uma articulação de advogados de presos políticos, a nova entidade ampliou a luta iniciada em 1975 pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), organizado por mães, esposas e filhas de presos políticos. Representações do comitê seriam criadas também no exterior.

O CBA agregou entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e tinha como palavra de ordem “anistia ampla, geral e irrestrita”. A luta era pela devolução

dos direitos políticos aos cassados, a extinção dos processos pela Lei de Segurança Nacional, a libertação de todos os presos políticos e o retorno dos brasileiros banidos do país e que estavam exilados.

A luta pela anistia tornou-se uma das principais bandeiras democráticas ao longo de 1978. Foi popularizada pelo apoio de intelectuais e artistas, como o cartunista Henrique Souza Filho, o Henfil, irmão do ex-dirigente da Ação Popular (AP) Herbert de Souza, exilado no Canadá. Henfil publicava semanalmente na revista “IstoÉ” cartas para sua mãe, Maria de Souza, nas quais expunha o drama das famílias de presos e exilados.

19 de fevereiro de 2018

PROTESTOS CONTRA REFORMA DE TEMER

O Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência convocado pela CUT, demais centrais sindicais e apoiada pelos movimentos sociais das Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, mobilizou, em todas as regiões do país, milhares de trabalhadores de diferentes categorias contra a nefasta Reforma da Previdência, criada pelo governo Temer.

A pressão da classe trabalhadora obrigou o então presidente Michel Temer, a retirá-la da pauta do Congresso Nacional, onde uma proposta estava em vias de ser votada.

Mais de 20 mil pessoas ocuparam a Avenida Paulista, em São Paulo, naquele dia 19 de fevereiro, em protesto contra a reforma. No Rio de Janeiro, a manifestação teve início por volta das 17h na Praça da Candelária e, de lá, os participantes seguiram em marcha pela Avenida Rio Branco.

Entre tantas afrontas contidas na reforma está o aumento substancial do tempo de contribuição previdenciária de homens e mulheres, levando-os a condição de trabalharem até quase à morte para tentarem o recebimento de aposentadorias minúsculas.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br

MÁQUINA DE DESTRUIÇÃO

O desafio do governo Lula e da frente democrática que o apoia é reconstruir o país depois do rolo compressor que deixou o país à beira do abismo nos últimos quatro anos. Esforço será hercúleo

Zeca Dirceu

Passados 40 dias da posse do presidente Lula, já é possível fazer uma radiografia completa do legado do governo milita-



rista anterior. Foi um desastre descomunal, com a implantação de uma máquina de destruição do país em todos os setores, atingindo frontalmente políticas sociais, saúde, educação, meio ambiente, proteção aos povos indígenas, geração de emprego e renda.

O desmantelamento de instituições de Estado ocorreu junto com a política genocida que provocou a morte de quase 700 mil pessoas durante a pandemia de covid-19 por falta de vacinas e descaso com a proteção do povo brasileiro.

O desafio do governo Lula e da frente democrática que o apoia é reconstruir o país depois do rolo compressor de um ex-capitão que disse um dia que sua especialidade era a morte.

De 2019 a 2022, os números revelam absurdos ataques a conquistas civilizatórias de décadas. Na educação, nos últimos três anos, o número de crianças que não conseguem ler ou interpretar textos cresceu de 50% para 70%. É o pior resultado em dez anos. Na cultura, o orçamento foi reduzido em 85% e o número de ser-

vidores da área cortado em 66%.

Na saúde, um quadro dantesco. Com 2,7% da população mundial, o Brasil registrou 11% do total de óbitos por covid no mundo, o segundo lugar do ranking mundial de vítimas. Perderam-se 3 milhões de

doses de vacina, por incompetência de Bolsonaro, e 34 milhões de pessoas não receberam nenhuma dose do imunizante.

Outros dados são horripilantes. A violência contra a mulher, por exemplo, bateu recorde no ano passado: 700 casos de feminicídio em apenas seis meses. Mais da metade da população – 58,7%, cerca de 125,2 milhões de pessoas – vive com algum tipo de insegurança alimentar. Desse universo, 33 milhões passam fome. A hospitalização de crianças por carência alimentar aumentou em 11%. Inadmissível essa situação num país que é um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo.

No meio ambiente, o Brasil virou o grande vilão mundial. O índice de desmatamento na Amazônia aumentou 59% entre 2019 e 2022. Recordes de incêndios foram registrados, com destruição de florestas, da biodiversidade, com milhares de espécies vegetais e animais dizimados. Os povos indígenas sofreram ataques inomináveis, com o escárnio com que o ex-capitão os tratava. A tragédia ianomâmi, que horrorizou

o planeta, é o exemplo mais sinistro de prática de um governo cruel e genocida.

A incompetência generalizada chegou à área de infraestrutura. Da malha rodoviária federal, 93,66% foram deixadas sem contratos de serviços de prevenção e restauração, sendo servidas apenas por tapa-buracos. O governo federal zerou as contratações para a construção de moradias para famílias com renda até R\$ 1.800. O programa de cisternas foi destruído, igual ao de aquisição de alimentos. Uma catástrofe.

O povo precisa se conscientizar de que diante da terra arrasada deixada por Bolsonaro o esforço do atual governo será hercúleo. O desafio agora é criar condições para a implementação dos projetos que impulsionarão o desenvolvimento econômico e social do país.

Reposicionar o Brasil na trilha do crescimento com reindustrialização, em modelo baseado na transição digital e no desenvolvimento sustentável com respeito ao meio ambiente, que combata as desigualdades sociais e seja verdadeiramente justo, soberano, democrático.

É um momento de união de todos para tirar o Brasil do desastroso quadro econômico e social deixado por Bolsonaro. O povo precisa voltar a ter esperança, acreditar no futuro e ser feliz de novo. •

Deputado federal pelo Paraná, é líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.



PERSEGUIÇÃO A vereadora Maria Tereza Capra foi cassada pela Câmara de Vereadores de São Miguel d'Oeste, em Santa Catarina, depois de criticar a saudação nazista encenada por "patriotas" em 2 de novembro

CRUZADA ANTIFASCISTA

Única vereadora do PT em São Miguel d'Oeste (SC), Maria Tereza Capra foi cassada por falta de decoro. Ela denunciou gestos semelhantes aos dos nazistas em manifestação bolsonarista em novembro de 2022. E vai recorrer da decisão

Isaías Dalle

Centenas de pessoas reunidas erguem os braços direitos de forma parecida às paradas militares e comícios do Terceiro Reich na Alemanha de Adolf Hitler. Diante de um quartel do Exército, o grupo pede intervenção militar que impeça a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A cena ocorreu em 2 de novembro de 2022. Foi registrada em vídeo por participantes e rapidamente se espalhou nas redes sociais. A vereadora Maria Tereza Capra (PT), de São Miguel D'Oeste (SC), compartilhou o vídeo e protestou, apontando a semelhança daquilo com a saudação nazista.

Por causa disso, Maria Tereza teve seu mandato cassado pela Câmara Municipal de São Miguel D'Oeste, pouco mais de 90 dias

depois. Foi acusada de quebra de decoro. O placar mostra um massacre: 10 votos contra um. Dez homens, vereadores que fizeram campanha por Bolsonaro, contra uma mulher, a própria Maria Capra. A outra vereadora não compareceu à sessão que condenou a colega, na noite de 3 de fevereiro.

Os algozes alegaram que a crítica da vereadora conspurcava a imagem da cidade. Mais que isso: o gesto dos braços erguidos que pediam anulação do voto popular não teria nenhuma relação com o nazismo. Alguns vereadores participaram daquela manifestação. A um só tempo acusadores e juízes, os vereadores tentavam contrariar as similaridades dos gestos.

Em sua postagem, Maria Capra não acusou ninguém de "nazismo", apenas chamou atenção para o risco de que aquelas pessoas, reunidas no trevo rodoviário da cidade, estivessem sendo mani-

puladas por verdadeiros simpatizantes nazistas.

Mas foi ou não um gesto nazista? Para tentar provar que Maria Capra estava errada, e que a concentração golpista reunida estaria, na verdade, erguendo os braços para emanar energias positivas ou algo parecido, seus acusadores, entre os quais os vereadores bolsonaristas, lançaram mão de recursos heterodoxos.

O perfil da petista nas redes sociais foi inundado por mensagens assustadoras, incluindo ameaças de agressão e morte, em pouco mais de uma hora após a postagem. Maria Capra excluiu o vídeo, por temer a violência contra si e suas duas filhas. Em grupos de WhatsApp, vereadores da cidade garantiam que ela seria cassada. Referiram-se à parlamentar usando palavras torpes.

Em 3 de novembro, a Câmara Municipal promoveu sessão equi-

valente a um linchamento, em que vereadores e plateia, exaltados, prometiam vingança. Depois de registrar ocorrência, a vereadora optou por sair da cidade e refugiar-se em casa de amigos.

Cidade de 41 mil habitantes, próxima da fronteira com a Argentina, São Miguel D'Oeste, viveu em 2022 uma campanha presidencial profundamente marcada pela violência política. Bolsonaro obteve 66% dos votos no segundo turno. Seus apoiadores fizeram circular listas de comerciantes e profissionais suspeitos de votar em Lula, conclamando a população a boicotá-los. Maria Capra, advogada que tem escritório na cidade, foi uma das moradoras a perder clientela, acusada de "financiar o comunismo", segundo palavras usadas na lista de boicote.

Uma das propostas dos grupos bolsonaristas de WhatsApp era colar adesivos com a estrela do PT nas residências e pontos comerciais dos suspeitos, para melhor executar a perseguição. Quase o

modus operandi dos nazistas que marcavam casas de judeus nos anos 30 e 40 na Alemanha. Em São Miguel D'Oeste isso não chegou a acontecer, mas a marcação ocorreu na vizinha Descanso.

Para além da disputa das eleições, estudiosos de movimentos extremistas têm apontado um crescimento assustador de grupos e células neonazistas desde a eleição de Bolsonaro. A falecida antropóloga Adriana Dias, pesquisadora especialista em grupos neonazistas brasileiros, apontou que existiam 530 núcleos neonazistas no país. O número aumentou 270,6% de janeiro de 2019 a maio de 2021. Só em Santa Catarina, grupos e células tiveram aumento

de 158% nesse mesmo período.

Maria Capra promete recorrer para recuperar seu mandato. Tem apoio dos diretórios estadual e nacional do PT. No dia em que ocorreu a sessão que cassou seu mandato, ela voltou à cidade e foi amparada por militantes do partido e de movimentos sociais. Dirigentes do PT, como a ex-ministra Ideli Salvatti, compareceram.

Dias antes, em visita ao Ministério dos Direitos Humanos, em Brasília, Maria Capra havia solicitado escolta policial. O ministro Silvio Almeida respondeu positivamente. Mas a seção catarinense da Polícia Federal não providenciou a escolta, apesar da determinação.

"Eu não posso aceitar a ilegalidade da minha cassação", disse Maria Capra à **FOCUS**. "Quero recuperar o manda-

to, até porque essa questão extrapolou o município. Temos de ter responsabilidade e deter o fascismo. As futuras gerações não podem assistir a isso e ficar com a impressão que é algo justo ou natural".

Pouco antes da cassação, quando subiu à tribuna da Câmara para se defender, Maria Capra dirigiu-se aos vereadores lembrando dos momentos em que trabalharam juntos por projetos de interesse da cidade. Falou do seu carinho por São Miguel D'Oeste, onde vive desde 1986 e cumpria seu terceiro mandato.

Num determinado momento, exibiu uma foto dela com a ex-presidenta Dilma Rousseff e pediu que uma nova injustiça não ocorresse e que a cidade não fosse contrariada pela verdade no futuro. A votação foi encerrada já de madrugada. "Estou muito decepcionada", lamentou. "Mas me sinto motivada para continuar na luta". •

10

vereadores de São Miguel D'Oeste votaram pela cassação do mandato da Maria Tereza Capra, do PT. Ela só obteve o próprio voto contrário à medida extrema. E vai recorrer

PF PRENDE OFICIAIS DA PM

A Polícia Federal prendeu na terça-feira, 7, comandante da PM de Brasília que liderou as operações de segurança na capital federal em 8 de janeiro, quando apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram prédios do governo. Outros três oficiais da PM do Distrito Federal também foram presos.

O coronel Jorge Eduardo Naime foi alvo da quinta fase de uma operação que visa identificar as pessoas que participaram, financiaram ou fomentaram os motins. Ex-chefe do departamento de operações da polícia militar, o coronel é suspeito de omissão no planejamento de segurança.

Além de Naime, foram detidos o major da PM Flávio Silvestre de Alencar, o capitão Josiel Pereira Cesar e o tenente Rafael Pereira Martins. A ordem para a prisão dos quatro oficiais foram expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

A PF abriu linhas de investigação sobre os ataques de 8 de janeiro. A primeira apura quem são os "autores intelectuais" dos atos antidemocráticos. Bolsonaro e outros políticos aliados são investigados pela suspeita de terem estimulado os ataques. Outra linha investiga quem são os financiadores.

Mais avançada até agora, a quarta linha de investigação visa identificar e individualizar a conduta de cada vândalo que invadiu e depredou o Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal. •



Ricardo Stuckert

LAÇOS HISTÓRICOS Joe Biden cumprimenta Lula na porta da Casa Branca. Os presidentes dos EUA e Brasil não se viam desde 2009, mas têm muita coisa em comum: a defesa da democracia e a preocupação com o meio ambiente

LULA: DEMOCRACIA E MEIO AMBIENTE

Lula convida Joe Biden a lutar pela redução da desigualdade e anuncia o compromisso de fazer o Brasil chegar ao desmatamento zero na Amazônia até 2030. Casa Branca sinaliza ajuda financeira

O Brasil voltou à arena internacional disposto a mostrar que está disposto a negociar e mostrar que tem compromisso com a preservação do meio ambiente e na de defesa da democracia. Em visita a Washington, nos Estados Unidos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Casa Branca e abriu diálogo pelo aprofundamento da

democracia, da igualdade social e da proteção do meio ambiente.

Na visita a Joe Biden, na Casa Branca, Lula defendeu a cooperação entre as duas maiores democracias das Américas. “Temos alguns problemas para trabalharmos juntos. Primeiro, nunca mais permitir que haja uma nova invasão do Capitólio, como houve aqui, e do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da

Suprema Corte, como aconteceu no Brasil”, disse.

Biden lembrou que tanto o Brasil quanto os EUA passaram por testes de força e foram alvos de extremistas. “As fortes democracias de ambas as nações foram testadas ultimamente... muito testadas”, disse Biden, no início do encontro com Lula, realizado no Salão Oval da Casa Branca. “Mas tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, a de-

mocracia prevaleceu.”

Lula disse que estava se movendo para restaurar o Brasil no cenário mundial após o mandato de Bolsonaro. “O Brasil se marginalizou por quatro anos”, lamentou o líder da esquerda nacional, que está no seu terceiro mandato à frente da Presidência da República. “O mundo dele começou e acabou com notícias falsas”. Biden brincou que a reclamação de Lula “soa familiar”, numa crítica indireta a Trump.

Tanto Biden quanto Lula procuraram destacar que a democracia brasileira continua resiliente e que as relações entre as duas maiores democracias das Américas estão de volta aos trilhos. Os dois já se encontraram pessoalmente em 2009, quando Biden era vice-presidente.

Na reunião com o colega norte-americano, Lula também enfatizou que as duas nações têm um grande desafio neste século 21: combater a desigualdade e o racismo. “Especialmente a juventude negra da periferia é muitas vezes vítima da incapacidade do Estado, pois a violência que existe na periferia é a ausência do Estado com políticas públicas para garantir sonhos para a juventude”, declarou.

“A terceira coisa é a questão climática”, comentou o líder brasileiro. “Nos últimos anos, a Amazônia foi invadida devido à irracionalidade política e humana, porque tivemos um presidente que mandava desmatar, mandava garimpo entrar nas terras indígenas”, denunciou, sem citar o nome de Jair Bolsonaro. “Eu assumi o compromisso de que, até 2030, nós vamos chegar ao desmatamento zero na Amazônia”.

Após a reunião, que durou mais de uma hora e foi seguida por outro encontro do qual participaram ministros dos dois governos, Lula disse à imprensa

acreditar que os Estados Unidos podem vir a contribuir com o Fundo da Amazônia, recriado em 1º de janeiro pelo governo brasileiro e com o qual já colaboram países como Noruega e Alemanha. Há duas semanas, o chanceler da Alemanha anunciou a doação de 200 milhões de euros ao Brasil para ações na defesa do meio ambiente.

“Eu tenho certeza de que os Estados Unidos, através do presidente Biden, está muito convencido da necessidade de ajudar a cuidar do mundo, sobretudo nos países que ainda têm muitas reservas florestais”, disse. Antes de encontrar o líder estadunidense, Lula se reuniu com o senador Bernie Sanders e com deputados do Partido Democrata.

“É extremamente importante para o futuro deste planeta que paremos o desmatamento da Amazônia”, disse Sanders, após sair da House Blair, onde Lula estava hospedado, em frente à Casa Branca. “Bolsonaro incentivou isso de uma forma terrível. Lula deu a volta por cima, mas o Brasil vai precisar de ajuda globalmente. A questão da Amazônia não é apenas uma questão brasileira. É uma questão global”.

A visita a Washington é a segunda viagem internacional de Lula pouco mais de um mês após tomar posse como presidente, em 1º de janeiro. No mês passado, ele visitou a Argentina e o Uruguai, fortalecendo a integração latino-americana. Em março, Lula visitará a China e, nos próximos meses, também países da África. “Estou organizando uma viagem para Angola, África do Sul e Moçambique, numa demonstração de que o Brasil vai reatar sua relação com o continente africano. É uma obrigação histórica e humanitária”, justificou. •

REUNIÃO COM PROGRESSISTAS

Horas antes do encontro na Casa Branca com o presidente dos EUA, Jose Biden, Lula se reuniu com o senador democrata Bernie Sanders na Blair House, residência próxima à Casa Branca reservada para chefes de Estado em visita a Washington.

Um dos principais líderes da esquerda americana, Sanders acompanhou de perto as eleições presidenciais no Brasil e foi um entusiasta da candidatura de Lula. No ano passado, o Senado aprovou uma resolução de sua autoria que instava a Casa Branca a romper relações diplomáticas com o Brasil em caso de golpe de Estado.

O senador alertou para o que chamou de “ameaça massiva de extremistas da direita que tentam minar a democracia” nos dois países. Ele disse que conversou com Lula sobre a “necessidade de fortalecer os fundamentos democráticos não apenas no Brasil ou nos EUA, mas em todo o mundo”.

Lula também recebeu um grupo de parlamentares do Partido Democrata que incluiu os progressistas Alexandra Ocasio-Cortez, Pramila Jayapal, Sheila Jackson Lee, Brad Sherman e Ro Khanna.

Os democratas nos EUA observam atentamente as questões em torno da preservação da democracia no Brasil, principalmente após os ataques de 6 de janeiro de 2021, quando apoiadores do ex-presidente Donald Trump invadiram e depredaram a sede do Congresso americano. •



Reprodução

NA DEFESA DE UM **G20 DA PAZ**

No encontro com dois chefes de governo, dos Estados Unidos e da Alemanha, Lula condenou a invasão russa e reiterou a disposição do Brasil para ajudar a negociar a paz entre Moscou e Kiev

O Brasil voltou às rodadas de conversas e negociações com os líderes mundial convicto de que é possível construir um mundo de paz e harmonia. Há duas semanas, quando esteve com Olaf Scholz, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva rejeitou a ideia de fornecer munição para a Ucrânia.

Na guerra entre a Rússia e a Ucrânia, Lula negou um pedido da Alemanha e defendeu a criação de um grupo de países para negociar a paz. No encontro com o presidente Joe Biden, na Casa Branca,

voltou a tocar na necessidade de criar um G20 da Paz.

O pedido da Alemanha para que o Brasil enviasse munição à Ucrânia chegou ao Planalto antes mesmo da visita do chanceler alemão, no final de janeiro, quando o país europeu decidiu cooperar com Kiev enviando tanques para o front de guerra. "O Brasil não quer ter participação, mesmo que indireta", declarou Lula.

O líder brasileiro reiterou a posição quando desembarcou em Washington. Em entrevista à CNN, Lula foi claro: "Precisamos encontrar interlocutores que possam

sentar com o presidente Putin para mostrar a ele o erro que cometeu ao invadir o território da Ucrânia, e temos que mostrar à Ucrânia que eles precisam conversar para acabarmos com essa guerra", disse.

Nas duas ocasiões, diante de chefes estrangeiros, além de rejeitar a cooperação militar, o presidente brasileiro apresentou caminhos que considera os mais acertados e reafirmou a tradição de paz da diplomacia tupiniquim. O Brasil não tem interesse em passar munição, para que não seja utilizada para a guerra entre Ucrânia e Rússia. "O Brasil é um país de

paz. O último contencioso nosso foi na guerra do Paraguai”, recorreu no Palácio do Planalto, em 30 de janeiro.

Na entrevista concedida à jornalista Cristiana Amanpour, Lula disse que não venderia armas ou munição para a Ucrânia para não se envolver. “Não quero entrar na guerra”, disse. “Quero acabar com a guerra.” Ele acrescentou que em seu encontro com Joe Biden, “não sei o que ele vai me dizer, mas o que vou dizer a ele: é necessário construir um conjunto de países para negociar a paz”.

Em diversas ocasiões, desde a campanha eleitoral, Lula condenou a invasão russa, que disse considerar um “erro crasso”. Ao mesmo tempo, ponderou que pouco se fala em paz na comunidade internacional, e que está na hora de discutir uma cooperação global para encerrar o conflito.

No encontro com Scholz, Lula foi claro ao pedir que todos se sentem para acabar com o conflito. “Sei do esforço que a Alemanha fez para evitar a guerra”, disse. “A minha sugestão [agora] é criar um clube de países que querem construir a paz no planeta. O Brasil está disposto a dar uma boa contribuição. O mundo está precisando de paz”, destacou.

Com a Alemanha, Lula divulgou nota repudiando a invasão russa à Ucrânia e condenando a anexação de partes do território ucraniano à Rússia como violação do direito internacional. Os dois países lamentaram ainda a

perda de vidas humanas e a destruição de infraestrutura causada pela guerra, que completará um ano em 24 de fevereiro.

Depois da visita à Casa Branca, o governo aceitou incluir uma referência direta aos russos na nota conjunta emitida com os EUA depois do encontro entre os presidentes. Lula e Biden “lamentaram a violação da integridade territorial da Ucrânia pela Rússia e a anexação de partes de seu território como violações flagrantes do direito internacional

e conclamaram uma paz justa e duradoura”.

Na quinta-feira, 9, antes de embarcar para Washington, o Brasil cedeu à pressão da Casa Branca e recusou um pedido iraniano para que dois de seus navios de guerra atracassem no Rio de Janeiro. A decisão do Brasil representa um gesto para estreitar os laços com Biden depois que as relações EUA-Brasil azedaram sob o governo de Jair Bolsonaro. A

medida ocorreu apesar da oposição de longa data de Lula às sanções dos EUA a Teerã, defendendo uma política externa neutra.

A ideia de um “novo G20”, passa, segundo Lula, pela participação de países como a Índia, a Indonésia e, principalmente, a China. “Nossos amigos chineses têm um papel muito importante. Está na hora da China colocar a mão na massa”, disse, durante a visita de Scholz a Brasília. Lula garantiu que vai levar a ideia ao presidente chinês, Xi Jinping, em março, quando for a China. •

LULA QUER COOPERAÇÃO DE PEQUIM: “NOSSOS AMIGOS CHINESES TÊM UM PAPEL IMPORTANTE. ESTÁ NA HORA DA CHINA COLOCAR A MÃO NA MASSA”

BOLSONARO É UM IMITADOR DE DONALD TRUMP

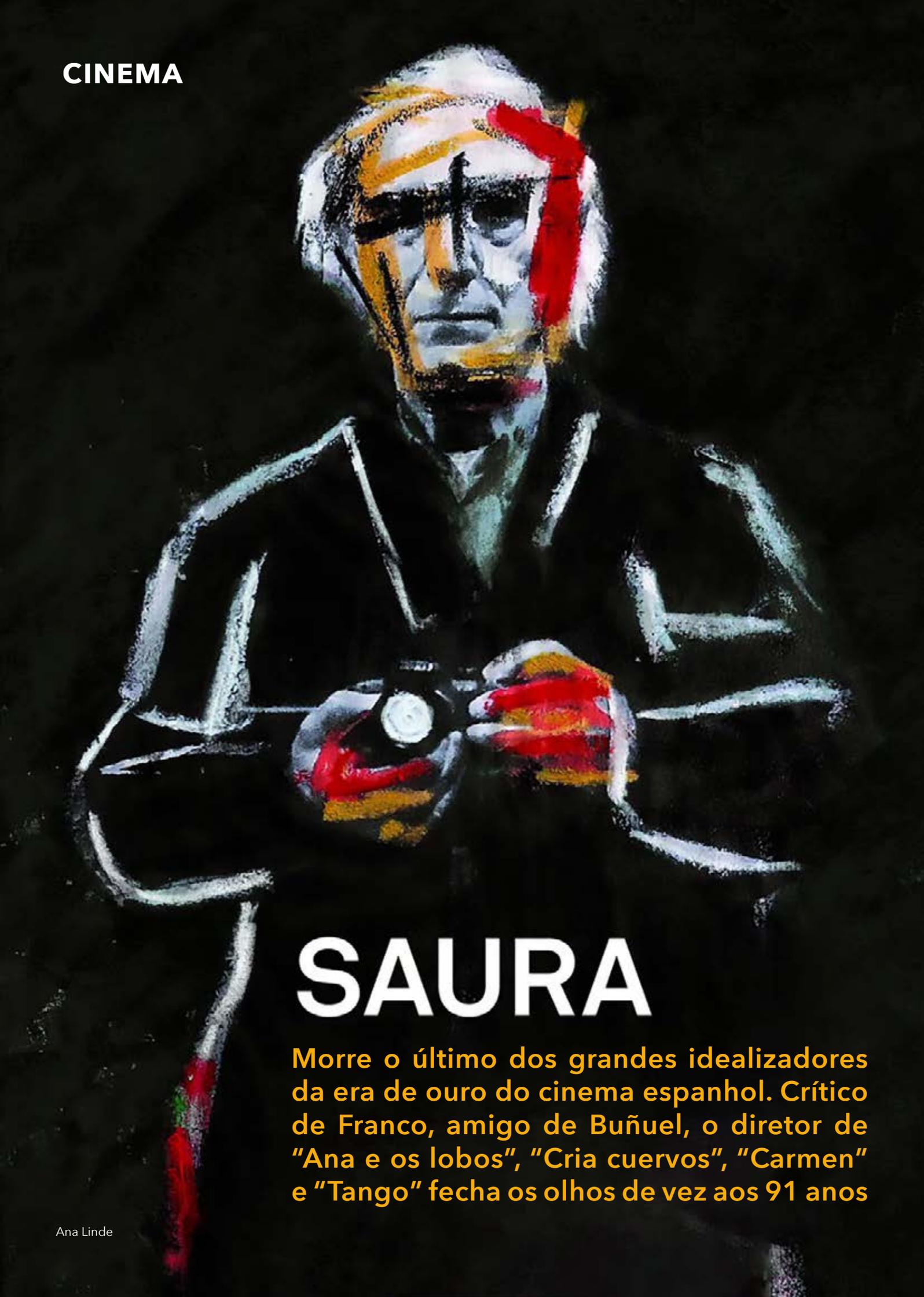
Na entrevista que concedeu na sexta-feira, 10, à jornalista Christiane Amanpour, Lula não poupou críticas a Jair Bolsonaro e ao ex-presidente Donald Trump. Ele acusou ambos de terem pouco apreço pela democracia e suas instituições. Lula chamou o antecessor de “fiel imitador” de Trump e disse que não há chance de Bolsonaro voltar à Presidência.

Ele lembrou que o líder da extrema-direita brasileira é alvo de uma investigação pelo Judiciário brasileiro pelos ataques à democracia, durante a campanha eleitoral, e por sua participação à tentativa de golpe ocorrida em 8 de Janeiro, quando apoiadores do ex-presidente tomaram as sedes dos Três Poderes em Brasília. E disse que se mostrou surpreso com a tentativa de invasão do Congresso dos EUA, em 6 de Janeiro de 2021.

“Nunca poderíamos imaginar que em um país que era o símbolo da democracia no mundo alguém pudesse tentar invadir o Capitólio”, disse ele sobre o motim incentivado por Donald Trump e ativistas da extrema-direita estadunidense.

Lula disse que não pediria a Biden a extradição de Bolsonaro porque um pedido dessa natureza só caberia ao Judiciário. Mas declarou esperar que o adversário seja condenado por genocídio por um tribunal internacional, tanto por conta da má-gestão da pandemia de Covid-19, que matou quase 700 mil brasileiros, quanto pela omissão criminosa na ajuda ao povo ianomâmi. •

CINEMA



SAURA

Morre o último dos grandes idealizadores da era de ouro do cinema espanhol. Crítico de Franco, amigo de Buñuel, o diretor de "Ana e os lobos", "Cria cuervos", "Carmen" e "Tango" fecha os olhos de vez aos 91 anos



Ralph Gatti/AFIP

MUSA E COMPANHEIRA Com a atriz Geraldine Chaplin, em 1978, no Festival de Cinema de Cannes. Nos anos 70, os dois trabalham em muitas obras

Dono de uma filmografia extensa, o diretor, roteirista e fotógrafo Carlos Saura começou a ficar mais conhecido no Brasil nos anos 1970, quando ganhou o Prêmio Especial do Júri de Cannes com “Cría cuervos” (1976), que entrou em cartaz nos cinemas brasileiros do que então era chamado do circuito de arte.

Uma história de memória de infância durante os anos da ditadura franquista, que paralisou a Espanha por quatro décadas anos e perseguiu implacavelmente seus dissidentes. O filme tem interpretações notáveis de Geraldine Chaplin e da menina Ana Torrent e capturou a imaginação de cinéfilos brasileiros que aqui também amargavam uma ditadura militar e conservadora.

Grande difusor da cultura espanhola, sufocada pelo governo militarista e ultracatólico do general Francisco Franco, Saura se ombréia com o cineasta de vanguarda Luis Buñuel (1900-1983) e, na geração posterior à queda do franquismo, com Pedro Almodóvar (1949).

De formação mais clássica, filho de um funcionário público e uma pianista, Saura nasceu na região de Aragão em 1932 e começou a vida trabalhando como fotógrafo. Frequentou a Escola de Cinema em Madri nos anos 1950 e con-

seguiu fazer seu primeiro longa em 1959. A partir daí, começou a ganhar projeção no circuito europeu, sobretudo quando ganhou o Urso de Prata no Festival de Berlim em 1966 e 1968.

Com histórias que ainda refletiam o pesadelo franquista – o ditador morreria em 1975 –, Saura chamou a atenção de realizadores de fora da Europa quando passou a trabalhar com Geraldine Chaplin, filha de Charles Chaplin, em “Ana e os Lobos” (1973). Com a mulher e companheira Geraldine, Saura faria ainda alguns de seus títulos mais famosos, como “Elisa, Vida Minha” (1977) e “Mãe Faz 100 Anos” (1979).

Esteta sofisticado, Saura depois partiria para aquilo que acabou sendo identificado como “filmes

de dança”. Na verdade, a coreografia do flamenco, dramática e profundamente representativa de uma certa alma espanhola que lutava por se expressar quando faltavam as palavras ou eram censuradas pelo regime franquista, é como um cenário em movimento mais ou menos ideal para determinados roteiros.

Com muitas histórias centradas em personagens femininas, “Bodas de Sangue” (1981), “Carmen” (1983), “El Amor Brujo” (1986) e “Sevillanas” (1991) e “Flamenco” (1995) são todos filmes que exploram as possibilidades da música e das danças espanholas com muita mestria.

“Ay, Carmela”, de 1990, abre uma nova fase para Saura, de volta às histórias sobre a vida cotidiana no franquismo, mas com uma pitada de humor negro – e também contribui para isso a presença de Carmen Maura, atriz ultratalentosa revelada nos filmes mais anárquicos e pop de Pedro Almodóvar, então a estrela em ascensão no cinema espanhol. “Ay, Carmela” ganhou 13 prêmios Goya, o Oscar do cinema espanhol. O Oscar propriamente dito Saura nunca ganhou: “Carmen” foi indicado em 1983, mas não levou.

No final dos anos 1990, Saura ainda ganharia um prêmio de fotografia em Cannes com “Tango” (1998), por aquele que seria, talvez, seu último “filme de dança”. Na década de 2000, dedicou-se a temas como o pintor Goya e Luis Buñuel. Nonagenário, seu último filme é do ano passado: “Las Paredes Hablan”.

Saura morreu de insuficiência respiratória em 10 de janeiro, um dia antes de receber o Prêmio Goya de Honra. Ele ainda será homenageado de forma póstuma – por sua extensa e muito particular contribuição criativa para a história do cinema espanhol e mundial, desde o final dos anos 1950 até a atualidade. •





Terry O'Neill

E MUDARAM O MUNDO

Em 11 de fevereiro de 1963, os Beatles entravam em Abbey Road, em Londres, para gravar seu primeiro disco, "Please Please Me". Uma obra que recriaria a música e definiria o pop das próximas décadas

Olímpio Cruz Neto

Há 60 anos, quatro jovens músicos ingleses, saídos do Norte do país, da cidade portuária de Liverpool, chegavam à capital da Inglaterra com sonhos e algum sucesso local. Em 11 de fevereiro, John Lennon, Paul McCartney, George Harrison e Ringo Starr entravam no famoso estúdio da EMI, em Abbey Road, Londres, para virar o mundo de ponta cabeça. Nasceria no mesmo dia o primeiro álbum da banda que deixaria o mundo louco: "Please Please Me".

É quase impossível imaginar a música contemporânea atual ou mesmos as artes de uma maneira geral, sem a onipresença dos Beatles nas últimas seis décadas.

Eles não só reinventaram o rock como deram ao ritmo o status de arte, elevando e recriando toda a indústria da música.

Pois "Please Please Me", que hoje soa quase inocente e pueril – até mesmo um tanto datado – é até hoje o disco de estréia mais vendido da história: 52 milhões de cópias vendidas até o ano de 2022. Nada mal para quatro capiaus do norte.

O grupo havia gravado seu primeiro single em 11 de setembro de 1962, com "Love Me Do" e "P.S. I Love You", e chegaram a fazer um relati-

vo sucesso nas paradas de sucesso. Mas, em 26 de novembro, alcançariam o sucesso maciço, com o single arrasa-quarteirão "Please Please Me", campeoníssimo lado a do compacto que teria no verso a bela "Ask Me Why".

Das 14 canções lançadas no disco original, nada menos do que oito eram da dupla Lennon-McCartney, uma das mais lucrativas parcerias de compositores que se completavam e estavam no mesmo patamar de gênios como os irmãos George e Ira Gershwin. Entre 1962 e 1969, escreveram e publicaram cerca de 180 canções, a maioria gravada pelos Beatles.

O primeiro álbum, gravado em inacreditáveis 9 horas – apenas! – contém pelo menos quatro obras-primas: "I Saw Her Standing There", "Please Please Me", "Do You Want To Know A Secret" – todas composições de Lennon e McCartney – e a insana "Twist and shout", imortalizada na voz de Lennon, cover da original dos The Top Notes lançada em 1960, com produção de Phil Spector, mas que só viria a ganhar relevância na voz dos Isley Brothers, em 1962. O disco foi lançado em 22 de março.

A beatlemania só nasceria dali a sete meses, quando, em 13 de outubro de 1963, os Beatles fariam sua primeira aparição na TV inglesa. A apresentação foi uma loucura, com o barulho ensurdecedor de adolescente aos berros, e doces e bichos de pelúcia sendo atirados aos

pés dos quatro rapazes. Dali para América foi uma questão de meses. Em 9 de fevereiro de 1964, o grupo se apresentaria no Ed Sullivan Show. E o mundo jamais seria o mesmo. •



MORRE GÊNIO DO POP

Burt Bacharach, compositor de hits memoráveis, morre aos 94 anos. Ele foi autor de 73 sucessos no Top 40 nos Estados Unidos

Um dos maiores hitmakers da história da música pop mundial, Burt Bacharach, o compositor e intérprete que transformou a um gênero efêmero como o "easy listening" em arte erudita, morreu na quinta-feira, aos 94 anos. Ele faleceu em casa, em Los Angeles, de causas naturais. O gênio pop emplacou marcou 73 hits no Top 40 nos Estados Unidos e 52 nas paradas musicais do no Reino Unido.

Nascido em Kansas City, Missouri, nos Estados Unidos, em 1928 e criado em Nova York, Adolescente, Bacharach entrava furtivamente em clubes de jazz para ouvir artistas como Count Basie e Dizzy Gillespie, enquanto mergulhava na obra de compositores como Stravinsky e Ravel. Ele recebeu formação clássica em escolas em Montreal, Nova York e Califórnia e, após um período no exército dos Estados Unidos, tornou-se acompanhante de piano de músicos, incluindo Vic Damone, os irmãos Ames e sua primeira esposa, Paula Stewart.

Ele também trabalhou como arranjador e maestro para Marlene Dietrich quando ela excursionou pela Europa no final dos anos 50 e início dos anos 60. A descoberta da composição de Bacharach veio em 1957, quando ele conheceu o letrista Hal David na potência pop de Nova York, o Brill Building. Alcançaram o primeiro lugar conse-



cutivo com duas de suas primeiras canções: "The Story of My Life", de Marty Robbins, e "Magic Moments", com Perry Como.

A partir das letras variadamente caprichosas, feridas e sinceramente românticas de David, Bacharach criou arranjos sublimes com harmonização vocal, seções de cordas, piano de jazz e detalhes distintos, como percussão cintilante e melodias assobiáveis. O treinamento clássico de Bacharach também o ajudou a implantar compassos incomuns e característicos.

Juntos, ele e David criaram clássicos que se eternizaram como algumas das grandes canções de todos os tempos: "I Say a Little Prayer", famosa na voz de Aretha Franklin, "What's New Pussycat?", com Tom Jones; "The Look of Love", com Dusty Springfield; "Make It Easy on Yourself", com os Walker Brothers e muitos outros. A canção "Raindrops Keep Fallin' on My Head", interpretado por BJ Thomas e apresentado no filme "Butch Cassidy and the Sundance

Kid", ganhou um Grammy e um Oscar em 1969, incluindo o prêmio de melhor trilha sonora original para Bacharach.

Dionne Warwick tornou-se uma das colaboradoras mais duradouras e frutíferas de Bacharach ao longo dos anos 60, 70 e 80. Ela gravou do grande compositor "Walk on By", "Do You Know the Way to San Jose?", "A House is Not a Home" (mais tarde um sucesso de Luther Vandross) e uma versão para "I Say a Little Prayer".

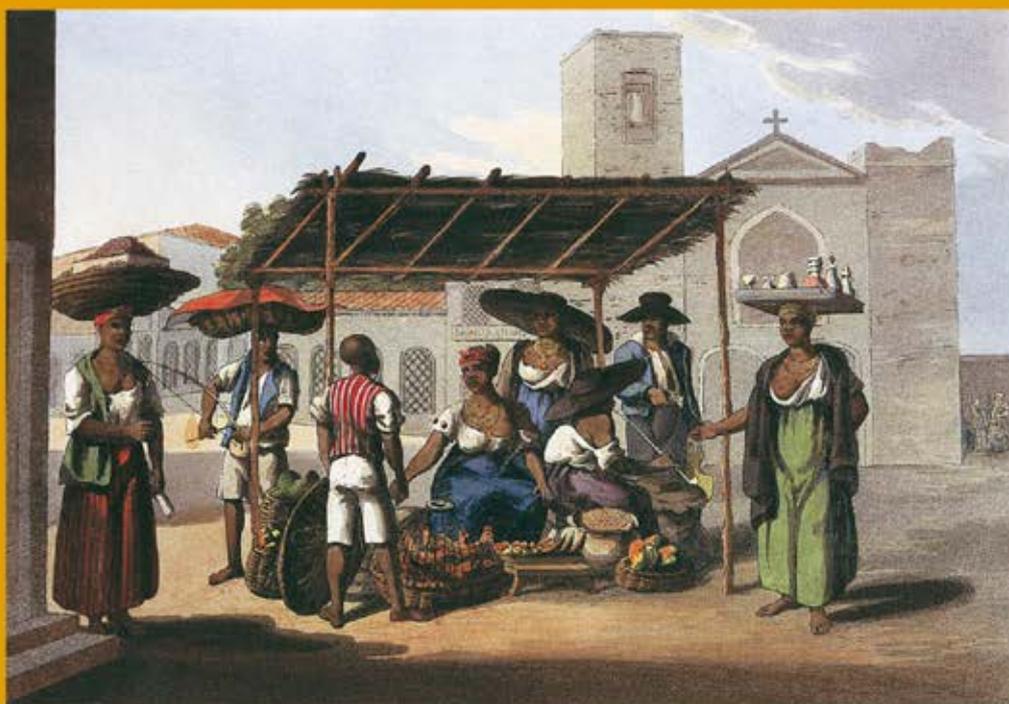
A partir dos anos 80, Bacharach ainda emplacou sucessos ao lado de artistas como Ronald Isley, Dr. Dre e Sheryl Crow. Ele ainda gravou álbuns com Elvis Costello, além de trabalhar numa versão de "I'll Never Fall in Love Again" com o músico inglês para o filme "Austin Powers" (1997). No ano anterior, já haviam composto juntos "God Give Me Strength", uma canção para o filme de 1996 "Grace of My Heart", dirigido por Allison Anders. Em 1998, ele e Costello lançariam "Painted from Memory", um clássico. •

História do povo brasileiro História do povo brasileiro História do povo brasileiro

História *do povo brasileiro*

JOSELI NUNES MENDONÇA

Cenas da abolição *Escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*



**FUNDAÇÃO**
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cenas-da-abolicao-escravos-e-senhores-no-parlamento-e-na-justica/



A LUTA CONTRA O FASCISMO

Organização:

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

Chico Diaz • Dilma Rousseff •
Fernando Haddad • Frei Betto
• Izabella Teixeira • João Manuel
Cardoso de Mello • Luis Nassif
• Luiz Carlos Bresser-Pereira •
Marilena Chaui • Paulo Betti
• Rogério Cerqueira Leite •
Silvio Almeida • Tereza Cristina

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/a-luta-contr-o-fascismo/

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores